

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS
ENTRE OS JOVENS EM IDADE ESCOLAR:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO
ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ariane Marteninghe Dal Piaz

**Tio Hugo, RS, Brasil
2011**

**A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS
JOVENS EM IDADE ESCOLAR:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR**

por

Ariane Marteninghe Dal Piaz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Tio Hugo, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS
JOVENS EM IDADE ESCOLAR:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR**

elaborada por
Ariane Marteninghe Dal Piaz

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms.
(Presidente/Orientador)

Clarice Zientarski, Ms. (UFSM)

Izabel Cristina Uaska Hepp, Ms. (UFSM)

Tio Hugo, 16 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade e força para concluir mais esta etapa em minha vida.

À professora Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim pelas palavras de sabedoria, pela paciência, pelo incentivo e confiança depositada.

À Ricardo Dal Piaz, meu esposo, pela compreensão, apoio, carinho e companheirismo.

À minha família, por estarem sempre presentes.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS JOVENS EM IDADE ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR

AUTORA: ARIANE MARTENINGHE DAL PIAZ

ORIENTADORA: PROFa. Ms. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 16 de setembro de 2011.

Este trabalho aborda os resultados de uma investigação sobre a atuação e os desafios da gestão escolar, em escolas públicas, diante da presença de substâncias psicoativas entre os jovens em idade escolar. A pesquisa procurou conhecer de que forma os gestores escolares planejam e executam atividades que possam contribuir para minimizar este problema e suas conseqüências. Os procedimentos metodológicos adotados, na perspectiva de uma abordagem qualitativa, foram o estudo de caso sobre o tema, considerando a análise da documentação da escola e coleta de dados através de questionário aberto com gestores. Observou-se que a gestão das escolas participantes do estudo está baseada em um modelo tradicional, que centraliza as decisões na equipe diretiva, deixando ao professor a responsabilidade de planejar e ministrar as aulas, o que faz com que este não se sinta gestor do processo educacional. Nesse cenário, as atividades são realizadas de forma isolada e, conseqüentemente, esbarram em obstáculos que poderiam ser minimizados se o trabalho fosse coletivo. Embora a presença de substâncias psicoativas seja um problema social que preocupa os professores/gestores, percebe-se que as atividades são realizadas isoladamente por aqueles que se sentem aptos, ou por aqueles que, mesmo não dominando de forma profunda o assunto, acreditam na necessidade de se posicionar. Nesse contexto, tanto a prática de formação continuada envolvendo o assunto em questão, quanto o exercício de uma gestão democrática são vistos como imprescindíveis para que se possa obter resultados significativos, quando o assunto envolve afastar os jovens do desejo de aproximação às substâncias psicoativas.

Palavras-chave: Gestão democrática; Gestão do pedagógico; Substâncias psicoativas.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS JOVENS EM IDADE ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR (THE PRESENCE OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES AMONG YOUNG PEOPLE OF SCHOOL AGE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF SCHOOL MANAGEMENT)

AUTHOR: ARIANE MARTENINGHE DAL PIAZ

ADVISER: ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 16 de setembro de 2011.

This work discusses the results of research into the performance and the challenges of school management in public schools, before the presence of psychoactive substances among young people of school age. The survey sought to know how the school managers plan and implement activities which contribute to minimize this problem and its consequences. The methodological procedures adopted in anticipation of a qualitative approach, have been the case study on the subject, considering the analysis of the school's documentation and data gathering via questionnaire opened with managers. It was noted that the management of the schools participating in the study is based on a traditional model, which centralizes policy decisions in the team, leaving the teacher's responsibility to plan and teach the classes, which makes this not feel Manager of the educational process. In this scenario, the activities are carried out in isolation and, consequently, stumble into obstacles that could be minimized if the work was collective. Although the presence of psychoactive substances is a social problem that worries teachers / managers, it is perceived that activities are carried out separately for those who feel able, or those who, while not dominating the subject in a profound way, believe in the need to position themselves. In this context, the practice continued training involving the subject in question, as the exercise of a democratic management are seen as essential in order to obtain significant results, when the subject involves moving young people's desire for rapprochement at to psychoactive substances.

Key words: Democratic management, educational management; psychoactive substances.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

GHB - Gama-hidroxitirato

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LSD - Lysergic acid diethylamide (Dietilamida do Ácido Lisérgico)

OMS - Organização Mundial de Saúde

PPP - Projeto Político Pedagógico

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SOE - Serviço de Orientação Educacional

SOP - Serviço de Orientação Pedagógica

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação	77
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	78
APÊNDICE C – Termo de Confidencialidade.....	80
APÊNDICE D – Questionário respondido pelos participantes.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1.....	16
1 A GESTÃO ESCOLAR E O PARADOXO DA SOCIEDADE: O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM IDADE ESCOLAR.....	16
1.1 A adolescência e o uso de substâncias psicoativas: os desafios e as possibilidades no contexto escolar	16
1.1.1 O uso de substâncias psicoativas: revogando as perspectivas sociais e educacionais em prol de uma adolescência sadia	25
1.1.2 O uso de drogas em idade escolar e os fatores agravantes.....	34
1.2 O papel da escola diante da presença de substâncias psicoativas entre os jovens: práticas escolares em sala de aula e as perspectivas da gestão escolar.....	37
CAPÍTULO 2.....	48
2 O COTIDIANO DA GESTÃO ESCOLAR EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PASSO FUNDO/RS: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICES	77

INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas por jovens em idade escolar é uma problemática social que tem provocado preocupações e discussões na sociedade, pois se tornou uma questão de saúde pública, para a qual estão sendo desenvolvidos diversos programas sociais que visam minimizar o número de usuários e as complicações geradas pela dependência. Neste sentido, é notável e intrigante a presença de muitos jovens de idade escolar que chegam às clínicas terapêuticas para um longo e complexo tratamento.

Considerando tal situação, observa-se que, entre os motivos que agravam este problema, estão as questões familiares. Entretanto, grande parte da formação social e pessoal dos adolescentes acontece na escola. Neste sentido, a escola também tem um papel importante na condução para a qualidade de vida, minimizando situações de risco e possibilitando um melhor desenvolvimento deste adolescente, sem a presença de substâncias psicoativas em seu cotidiano.

Os adolescentes são considerados extremamente vulneráveis ao uso destas substâncias, pois muitos dos jovens são objetos de pressão social para o início de seu uso e, além disso, algumas drogas são de fácil acesso. Ainda, é importante considerar que a história familiar também pode ser um agravante na busca por substâncias lícitas ou ilícitas que venham a proporcionar algum tipo de prazer ou bem-estar momentâneo. O período correspondente a adolescência é caracterizado por diversas alterações físicas, psicológicas, fisiológicas e sociais, as quais são importantes para a constituição e desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes para que se assuma o papel de um indivíduo adulto. Alguns adolescentes passam por esta fase com mais preocupações e desafios e, muitas vezes, em busca de refúgio, força, liberdade ou fuga optam, na tentativa de enfrentar períodos turbulentos, pela experiência frustrante do uso de substâncias psicoativas. Não se pode esquecer que neste período ocorre a frenética busca pelo distanciamento e até a separação do convívio com os pais, priorizando uma maior relação com um determinado grupo de interesses e fatores emocionais comuns (WONG; WHALEY, 1999).

A formação de um indivíduo não se dá de forma isolada, pois há necessidade de contato com diferentes ambientes e pessoas, onde a convivência com a família, comunidade, escola e amigos comportam-se ou não como fatores agravantes no

que se refere ao uso de drogas. A escola, por sua vez, é o local de grande convivência, contato com indivíduos de mesma idade ou de idade diferente, vínculos afetivos e amizades, na qual passam grande parte da infância e adolescência.

Nesse sentido, é notório que a escola esteja preparada para acolher e compreender cada sujeito, bem como seu contexto, experiências e vivências a fim de desenvolver ações com o objetivo de que os jovens, já usuários, procurem afastar-se das drogas e evitar que outros jovens as experimentem. A escola em seu papel social é responsável por conduzir este jovem a sua formação enquanto cidadão crítico, criativo, com habilidades e personalidade desenvolvidas. Este processo educativo, por sua vez, deverá permitir que os indivíduos possam dar continuidade a sua formação, com consciência e sabedoria quanto ao ritmo e sentido da sua vida, primando pela qualidade. Entretanto, há escolas onde poucos ou nenhum dos gestores estão preparados para atuar neste contexto de maneira a proporcionar ao aluno diferentes atividades. Tais atividades, desenvolvidas pela escola, devem estimular e proporcionar aos jovens novos desafios, crescimento pessoal, desenvolvimento de habilidades, sentimentos de emoção e alegria por outros meios que não o consumo de substâncias psicoativas.

Aratangy (1998) considera que o caminho para prevenção do uso das drogas e auxílio aos que já são usuários não passa necessariamente pela repressão. Muito mais eficiente e eficaz do que as proibições é oferecer maneiras para que o jovem possa dar vazão a sua necessidade de viver experiências significativas e de partilhá-las com seu grupo. Assim, a autora considera que as escolas precisam favorecer atividades que mobilizem emoções e possam dar ao adolescente a oportunidade de viver diferentes sensações, de estar identificado com um grupo.

No âmbito escolar, propor mudanças e até mesmo transformações normalmente é algo complexo, que exige muito dos gestores, pois envolve principalmente mudanças quanto a gestão escolar. É considerável que para que haja eficácia em toda e qualquer atividade escolar o aluno deve ser visto como sujeito ativo do processo educacional, assim como é importante perceber, conhecer e compreender seu contexto, suas habilidades, vivências e dificuldades, a fim de se planejar atividades que venham a instigar o interesse de cada aluno na construção de seu conhecimento e na sua constituição enquanto cidadão.

É nesse contexto que se elegeu como temática para este trabalho o uso de drogas por adolescentes em idade escolar, enfatizando a atuação da escola frente a este grave problema. Buscando contribuir para um grave problema de saúde pública, propõe-se instigar nos professores/gestores a importância de conhecer e preocupar-se com seus alunos, com suas atitudes diante do problema que envolve o uso de substâncias psicoativas pelos jovens em idade escolar.

A problemática desse estudo advém de questionamentos tais como: os professores/gestores escolares têm se preocupado no desenvolvimento de ações que possam estimular os adolescentes a enfrentar os desafios do cotidiano sem a presença de substâncias psicoativas? Existem atividades no meio escolar que estimulem os alunos que não utilizam substâncias psicoativas a não as desejar? Se a escola está planejando ou desenvolvendo estas atividades, elas estão contribuindo para que estes alunos não abandonem a escola?

Desta forma, baseado nos questionamentos referidos, este trabalho teve como objetivo geral conhecer as ações desenvolvidas pela escola para evitar que os jovens possam recorrer às substâncias psicoativas para enfrentar os desafios de seu cotidiano, além de contribuir para que não abandonem a escola.

Como objetivos específicos este trabalho buscou (a) verificar como essas ações estão contidas no Projeto Político Pedagógico da escola e conseqüentemente na gestão do pedagógico e (b) analisar a repercussão das ações desenvolvidas na escola.

A pesquisa está baseada em uma abordagem qualitativa, uma vez que se busca uma interpretação da realidade da situação estudada. A pesquisa qualitativa é uma alternativa metodológica, onde diversos autores consideram que, devido a sua abrangência de conceitos e especificidade de sua ação, seja fundamental no campo da educação, uma vez que permite que o pesquisador tenha uma visão mais clara e uma interpretação abrangente da realidade, do ponto de vista qualitativo. Por apresentar objetividade e validade conceitual, a pesquisa qualitativa, em muitos casos, não precisa apoiar-se em informações estatísticas (TRIVIÑOS, 1994).

A abordagem qualitativa não se preocupa tanto com a quantificação de fatos ou dados, e sim com explicações referentes às relações sociais, uma vez que considera que “a ação humana depende estreitamente dos significados que lhe são atribuídos pelos atores sociais” (SUASSUNA, 2008, p. 348). Neste sentido, considera-se a possibilidade de formular teorias para os dados coletados, pois

permite a investigação de significados, valores e atitudes referentes ao assunto pesquisado. O pesquisador, por sua vez, propõe teorias, questionamentos, formula e reformula hipóteses e idéias, as quais vão sendo discutidas e analisadas no decorrer da pesquisa. Mesmo que comprovadas ou não, tais hipóteses levantadas pelo pesquisador possibilitam um confronto com a realidade local a ser investigada e, conseqüentemente, exercitam certa flexibilidade do(s) pesquisador(es) envolvido(s).

André (2000, apud SUASSUNA, 2008, p. 349) ilustra a afirmação acima considerando que “numa abordagem qualitativa, a teoria vai sendo construída e reconstruída no próprio processo de pesquisa”.

Dessa forma, a metodologia a ser empregada neste trabalho fundamentou-se nos princípios do estudo de caso, considerando as hipóteses alternativas em uma investigação profunda da temática, através da descrição minuciosa das situações encontradas em cada contexto referenciado. A discussão em torno de tais situações problemáticas, que implicam na temática escolhida, permitiu o exame e reflexão a respeito das experiências entre o grupo escolar escolhido.

“O estudo de caso tem como objetivo analisar profundamente uma situação”. (TRIVIÑOS, 1994, p. 133). Entre as características do estudo de caso, Lüdke e André (apud VIÉGAS, 2007) destacam a interpretação em contexto, a utilização de uma variedade de informantes, fontes de informações e situações, inclusão de diferentes pontos de vista, mesmo que conflitantes, além de considerar a perspectiva do próprio pesquisador, que se configura no decorrer do campo. Triviños (1987) complementa ainda, afirmando que em um estudo de caso os resultados não podem ser generalizados para outros contextos, uma vez que os resultados serão válidos apenas para o caso que se estuda.

O estudo de caso foi realizado em dois contextos diferentes: escolas estaduais do município de Passo Fundo/RS, sendo uma localizada na região central e outra na periferia do município.

Para identificar as ações planejadas e/ou desenvolvidas pelas escolas que estimulem os alunos a não fazer uso de substâncias psicoativas realizou-se uma análise dos documentos de cada escola. Uma análise documental está fundamentada em estudos descritivos, os quais permitem o conhecimento detalhado de um determinado local, de uma comunidade, dos seus traços característicos, problemas, indagações, valores, entre outros fatores. A análise documental “fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação

sobre leis educacionais, processos e condições escolares, planos de estudo, entre outros” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

Ainda, para fazer a identificação de tais ações, foi feita uma coleta de dados através de um questionário aberto, o qual foi respondido por com um coordenador, um diretor e três professores de cada escola. Triviños (1987), afirma que quando se utiliza o questionário aberto como instrumento de coleta de dados, é importante que haja um número limitado de questões, as quais exigem tempo e esforço dos respondentes, que deverão expor as suas idéias sobre o assunto. Além disso, as questões propostas devem ser precisas e adequadas ao ambiente ao qual a pesquisa está sendo realizada. “Exige do pesquisador uma atividade prévia de contato com o meio no qual se realizará o estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 171).

Os dados coletados foram analisados através do método de análise de conteúdo, o qual é considerado um conjunto de técnicas que visa o estudo e descrição de conteúdos presentes em mensagens e informações escritas (TRIVIÑOS, 1987). Minayo (2002, p. 74) afirma que “através da análise de conteúdo pode-se encontrar respostas para as questões formuladas e também pode-se confirmar ou não afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação”. Ainda, o autor considera que este método permite que se compreenda fatos que estejam além do que foi comunicado. É importante ressaltar que, por questões éticas de pesquisa, os participantes foram identificados com as letras iniciais de seus nomes.

A presente monografia foi organizada em dois capítulos. O capítulo 1 contém os subsídios teóricos utilizados no estudo. Aborda, portanto, a adolescência, como um processo de transformações onde o indivíduo passa por situações prazerosas e outras frustrantes, as substâncias psicoativas, observando a situação de usuários no Brasil, as principais drogas, os problemas decorrentes do uso, o uso de drogas em idade escolar e os fatores agravantes, o papel da escola, do professor/gestor, considerando práticas escolares em sala de aula e as perspectivas de gestão escolar. Além disso, aborda o preparo dos professores/gestores quanto a identificação da presença de alunos usuários ou vulneráveis às drogas, considerando aqui a necessidade de conhecer os alunos, observando-os como um todo. Neste capítulo serão consideradas quais as práticas que poderiam contribuir para minimizar o problema de drogas em idade escolar. O capítulo 2 apresenta e discute os

resultados obtidos na pesquisa. Por fim, apresenta-se as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1

1 A GESTÃO ESCOLAR E O PARADOXO DA SOCIEDADE: O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM IDADE ESCOLAR

1.1 A adolescência e o uso de substâncias psicoativas: os desafios e as possibilidades no contexto escolar

O período da adolescência é marcado por transformações, por características que levam os jovens a uma busca constante de si mesmo. Saito; Colli (1995) chamam este processo de síndrome da adolescência normal, em que fatores como busca pela identidade, independência dos pais, contestação de padrões, necessidade de aceitação, vínculo a um grupo e comportamentos de risco são singularidades desta etapa da vida.

Erikson (1945, apud BLOS, 1998, p. 18) afirma que “a adolescência não é considerada um período de aflição, mas como uma crise normativa”. Trata-se de uma fase normal da vida, marcada por maiores conflitos, flutuações psicoemocionais, acompanhadas por um crescimento pessoal. Ainda, Blos (1998, p. 8) ressalta que se trata de um “período de crescimento, que compreende aproximadamente às duas primeiras décadas de vida, onde há uma diferenciação e uma integração progressivas da personalidade”.

Embora esta seja uma etapa importante, marcada pelo crescimento e desenvolvimento tanto físico quanto psicológico, a adolescência causa confusões mentais nos indivíduos, as quais são percebidas através das reações e atitudes diante das diversas situações que enfrentam no cotidiano. O humor, as manifestações, a paixão pelos fatos da vida variam de tal forma que os adultos vêem certa complexidade em compreender e atender as demandas deste adolescente. Assim, a dificuldade no diálogo é retratada, pelos adultos, através da expressão: “fase da aborrecência”. Esta expressão é bastante utilizada dentro das escolas, principalmente nas conversas informais entre professores.

Neste contexto, Blos (1998, p. 16) aponta que “a adolescência é um período de maturação no qual cada indivíduo tem de lidar com as dificuldades das experiências relacionadas à totalidade de sua vida, para chegar a uma estabilidade

do ego e da organização das pulsões”. Gallatin (1978, p. 15) ilustra tal informação afirmando que “os jovens devem tornar-se pessoas totais por seu próprio esforço, e isto durante um estágio de desenvolvimento caracterizado por uma diversidade de mudanças no crescimento físico, maturação genital e consciência social”. Segundo a autora, toda a aprendizagem, os conceitos, habilidades e valores adquiridos durante a infância são integrados durante a adolescência. É neste momento que ele deverá preparar-se para a “idade da razão” aprendendo a usar os conceitos e habilidades, sabendo o que fazer com o que adquiriu durante a infância. Entretanto, esta não é uma tarefa simples, e, por isso, o adolescente necessita de bases seguras e de apoio para que possa fazer o uso da razão e das habilidades com sabedoria. Este seria, então, o papel da família e também da escola, uma vez que consistem em locais e pessoas de maior convivência com o adolescente.

Em sua busca por uma identidade, o adolescente sente a necessidade de uma autodefinição, onde os interesses infantis são rejeitados, os padrões familiares são contestados e há uma constante procura por modelos adultos que não somente os pais. A contestação de padrões e valores gera desafios e a vontade de quebrar as regras impostas (SAITO; COLLI, 1995).

Ao processo de autodefinição, experimentado pelo adolescente, estão atreladas manifestações características deste indivíduo, como impulsos de oposição, resistência, rebeldia, prática de excessos e necessidade de estabelecer a autonomia. (BLOS, 1998).

Saito; Colli (1995, p.134) afirmam que o adolescente procura a sua liberdade, e vive em defesa árdua da sua opinião, esquecendo-se normalmente do aumento de responsabilidade atrelado às suas opções. Neste sentido “há uma relutância em aceitar conselhos” e opiniões dos adultos. Ainda, “frases como “você está crescendo para assumir tal cargo” seguida de “você é criança para tal atitude” acabam por confundir, tornando pouco claros os limites para a sua atuação”. Para os autores, é importante que o adolescente tenha o seu espaço, mas também é importante diminuir a distância entre eles e os adultos, uma vez que a transferência de responsabilidades deve ocorrer em um ritmo adequado a cada indivíduo e os adultos precisam fazer a mediação de tal transferência.

Durante esta fase o adolescente sofre de um chamado imediatismo, caracterizado por uma “incapacidade de conviver com a frustração da espera”, o que

faz com que tome decisões precipitadas, sem considerar as conseqüências (SAITO; COLLI, 1995, p. 135).

A necessidade de aceitação por um determinado grupo, assumindo padrões e atitudes pré-estabelecidos pelos seus componentes, leva o adolescente a dar maior importância as opiniões e conselhos deste grupo do que aquelas defendidas pelos pais e demais adultos. Assim, ao ser aprovado por um grupo o adolescente sente que tem suporte emocional. Entretanto, este vínculo a determinados grupos gera comportamentos de risco (SAITO; COLLI, 1995).

Conseqüentemente, o adolescente sente-se invulnerável e, por isso, é comum não temer ao experimentar o novo, ao desafiar o desconhecido. Assim, “o conceito de que “nada de mal acontecerá comigo” é característico deste período de vida. Aliado aos desafios está o desejo de experimentar o álcool ou outras drogas” (SAITO; COLLI, 1995, p. 136). Contudo, o adolescente pode, em alguns casos, sentir-se vulnerável, com medo de enfrentar certas situações, mas o desejo de aceitação e por um determinado grupo ou o mérito por suas atitudes corajosas geram impulsos para que enfrente situações sem considerar as conseqüências para si.

Além dos fatores psicoemocionais que implicam à adolescência, deve-se considerar as alterações hormonais e físicas que levam a formação de novos padrões e opiniões e, conseqüentemente, a atitudes muitas vezes inadequadas por parte do adolescente (SAITO; COLLI, 1995, p. 136).

Blos (1998) ilustra o sentimento de um adolescente através de um poema dramático escrito por um jovem de 17 anos, Jonh D., o qual diz:

“Eu? O que sou eu? “Eu estou só com o bater do meu coração”. Eu, olá eu! O que é eu? “Eu é o solitário e o perdido, sempre buscando... o quê”? Outro eu? Uma resposta, será? Não? Mas então o que? E há mais: o eu é o caminho do íntimo para o tudo, da menor parte do eu para a maior parte de toda a gente.

Ora, olho para mim mesmo e vejo o eu meu, a coisa fraca e sem rumo que me faz. O eu não é forte e precisa ser, o eu precisa saber a direção, mas não tem nenhuma. Meu eu não é seguro, há no íntimo erros e meias verdades demais para que possa saber. O eu se modifica e não sabe. O eu conhece pouco a realidade e muito os sonhos. O que sou agora é o que será usado para criar o meu eu, mais tarde. O que sou não é o que quero ser, embora eu não tenha certeza do que é isso que eu não quero.

Mas então, o que é eu? Meu eu é minha resposta a todo o tudo de todos. É isso que tenho de dar ao mundo que espera e de onde sai tudo o que é diferente.

Eu é criar.

Gallatin (1978, p. 53) em seu livro aborda diversas opiniões defendidas por teóricos representativos dentro da psicologia. Entre eles está Anna Freud, filha de Sigmundo Freud, que afirma que “os adolescentes são excessivamente egoístas, considerando-se o centro do universo e o único objeto de interesse”. Buscam tomar partida de decisões importantes no momento em que lhes for mais oportuno, independentemente dos demais envolvidos. Ainda, sentem-se atraídos fortemente por um engajamento aos grupos, comunidades, e ao mesmo tempo, têm “necessidade de uma extrema solidão”. Costumam ter pensamentos materialistas, egocêntricos, e ao mesmo tempo, muito sonhadores, em busca de utopias. Enquanto sonham e planejam de forma muito otimista, vivenciam um pessimismo profundo. Vivem ilusões e desilusões constantemente. Têm sede e desejo imenso pelo trabalho enquanto são levados por uma imensa preguiça e apatia pelas atividades. Desta forma, tanto Anna Freud quanto Granville Stanley Hall afirmam que o adolescente vive entre um romantismo intenso e a tempestade, entre o bem e o mal. Definem ainda que este seria o motivo pelo qual há tantas divergências acontecendo dentro do próprio adolescente, que o levam a um turbilhão de informações, com as quais tem de aprender a lidar (PESSANHA, 2001).

Segundo a teoria psicanalítica citada por Gallatin (1978, p. 55), o drama vivenciado na adolescência é reflexo do “reaparecimento, durante a puberdade, dos conflitos sexuais que ocorreram durante os primeiros cinco ou seis anos de idade”. Desta forma, sugere-se que as experiências críticas vivenciadas durante a infância se repetem, onde há uma busca pela compreensão de tais fatos por parte do adolescente.

Considerando tal hipótese de relação entre as experiências da infância e o turbilhão vivenciado pelo adolescente, os psicanalistas não se preocupavam em analisar e compreender as questões relacionadas a adolescência, pois as consideravam muito semelhantes aos da infância. Esta idéia prevaleceu até 1936, e só foi contestada por Anna Freud, quando publicou seus artigos relatando que

“embora muitos dos conflitos que os jovens experimentam possam se assemelhar bastante com os dos cinco anos de idade, há diferenças” (GALLATIN, 1978, p. 70).

Sugere-se que os conflitos que ocorreram durante a infância foram resolvidos por meio de influências dos pais. Embora os mesmos conflitos retornem durante a adolescência, os fatores externos (pais e demais adultos) já não conseguem influenciar da mesma forma que antes, pois o jovem já tem alguns conceitos pessoais estabelecidos e, além disso, sofre outras influências externas, como opiniões do grupo ao qual busca aceitação. Isso acontece porque a criança bloqueia a maioria dos seus impulsos por medo de punições estabelecidas pelos adultos, enquanto que o jovem vivencia momento de desafios e tem desejo de realizar o proibido para alimentar a sua auto-estima (GALATIN, 1978). Aqui se observa o imenso desafio para os pais, professores e demais gestores e adultos, pois, ao mesmo tempo em que o jovem precisa tê-los ao seu lado, ele os repulsa. Assim, pais, professores e adultos afins, precisam compreender, reprimir, apoiar, auxiliar, afastar-se e aproximar-se de forma concomitante e constante. E como saber como e quando agir? Eis que esta é uma incógnita e um grande desafio que gera conflitos familiares e sociais.

A idéia de que o período da adolescência é marcado por mudanças significativas na capacidade intelectual vem desde a época do filósofo Jean Jacques Rousseau, no século XVIII. Segundo ele, o jovem durante a adolescência adquire a capacidade de poder compreender a convivência, os relacionamentos e as idéias mais complexas. Esta teoria também foi defendida por Jean Piaget, que afirma que a evolução da inteligência e o crescimento cognitivo explicam tal fato (GALLATIN, 1978).

Segundo Piaget (1967 apud GALLATIN, 1978, p. 110) durante a infância ocorre um pensamento em torno de imagens, daquilo que a criança pode ver e tocar. Entretanto, durante a adolescência emerge uma capacidade de compreender e pensar sobre idéias abstratas devido ao fato de que a criança vai adquirindo “habilidade de fazer operações lógicas”.

Piaget (1967 apud GALLATIN, 1978) explica que a transição da mentalidade da infância para a da adolescência ocorre em quatro fases: estágio sensório-motor, estágio intuitivo ou pré-operacional, estágio das operações concretas e o estágio das operações formais.

Durante o estágio sensório-motor a criança tende a assimilar as informações a respeito do que está a sua volta através dos sentidos (visão, audição, tato). A partir de tais informações a criança começa a construir respostas, habilidades reflexas frente a cada situação. Esta construção é chamada de esquemas. Quanto mais for exercitado na criança, maior o estímulo e o desenvolvimento das habilidades a partir das informações que capta no mundo físico. Um exemplo são as descobertas de pés e mãos feitas pela criança e a tentativa de colocá-los na boca (GALLATIN, 1978).

O estágio intuitivo é caracterizado pela idade em que a criança inicia as atividades escolares, na qual a linguagem e as trocas verbais são o instrumento de comunicação. Diferentemente do estágio anterior, no qual a comunicação se dava através da linguagem corporal (GALLATIN, 1978).

Durante o estágio das operações concretas o contato com pessoas de diferentes idades na escola proporciona que seus horizontes intelectuais sejam expandidos. Neste estágio a criança tem acesso aos conceitos coletivos, o que implica em uma aprendizagem quanto a convivência social. A criança precisa adquirir a capacidade de perceber o outro, “aprende a renunciar um pouco à sua concentração em si mesma, às suas necessidades e desejos” (GALLATIN, 1978, p. 115). Entretanto, Piaget (1967 apud GALLATIN, 1978) afirma que a criança ainda tem um pensamento um tanto quanto concreto e egocêntrico.

É no estágio das operações formais que o jovem começa a raciocinar de maneira semelhante a um adulto. Ao final deste estágio o jovem já adquiriu os instrumentos e informações necessárias para enfrentar a vida adulta. Neste estágio aprende a dominar o pensamento formal, adquire a capacidade de fazer deduções críticas, o que Piaget chama de “raciocínio hipotético dedutivo”. O adolescente já consegue compreender idéias abstratas, perceber aquilo que não está visível diante de seus olhos, imaginando outras possibilidades frente às situações, formulando seus valores e conceitos. Conforme Piaget (1967 apud GALLATIN, 1978, p. 118) “a formação da personalidade começa mais ou menos entre os oito e os doze anos, com a organização autônoma de regras e valores e a afirmação da vontade com respeito à regulação e organização hierárquica de tendências morais”.

Bronfenbrenner (1996) complementa, em sua Teoria dos Sistemas Ecológicos, que o desenvolvimento humano ocorre mediante as relações do sujeito consigo, com os outros e com os diferentes ambientes, onde a cultura, os valores e os próprios espaços pertencentes a sociedade têm implicações na constituição do

indivíduo. Neste sentido, explica que o desenvolvimento humano consiste em um conjunto de sistemas como o microsistema, o mesossistema, o macrosistema, e o exossistema.

O microsistema é composto pelas vivências interpessoais, pelos fatos que presencia desde a infância na estrutura familiar. Consiste no indivíduo e nas relações consigo. O mesossistema é constituído pelo conjunto de microsistemas e suas relações, as interações com familiares, vizinhança, grupos de amigos – relações de afetividade e/ou violência. O macrosistema é caracterizado pelos valores e crenças que constituem a cultura da qual faz parte e, o exossistema é constituído pelos ambientes onde a pessoa em desenvolvimento não participa da forma ativa, mas os eventos que lá ocorre afetam esta pessoa e vice-versa. Como exemplo pode-se citar os programas propostos pelas associações de bairro em benefício a qualidade de vida dos moradores (BRONFENBRENNER, 1996).

Marquezan (2010) cita a teoria do desenvolvimento dialético, defendida por Henri Wallon, a qual considera que há uma diferença muito clara “entre o desenvolvimento psicológico da criança e o desenvolvimento do adulto, onde existe uma transição marcada por uma total transformação do indivíduo. A teoria aborda o fato de que a inteligência vai sendo constituída através das interações e relações afetivas entre os indivíduos. O desenvolvimento tem como base a expressão das emoções e as manifestações afetivas. Assim, a criança durante o seu desenvolvimento vai construindo a sua personalidade, identidade, a qual lhe configura como única e diferente do outros.

Considerando então que, a adolescência é uma fase de transformações, marcada por descobertas, rupturas, aprendizagem, envolvendo medos amadurecimento, instabilidade e sentimento de invulnerabilidade, o adolescente acaba sendo um indivíduo frágil, embora não tenha plena consciência disso. Em meio a tanta transformação, turbulência e contradições de sentimentos, o adolescente necessita de amparo, solidariedade, compreensão e proteção. Acaba sendo nos grupos de amigos o local de procura desta segurança, uma vez que se afasta da família.

Entretanto, Pinsky; Bessa (2004) refletem sobre as previsões para o futuro deste jovem: de um lado o sucesso, de formação de um indivíduo com potenciais, valores e objetivos para uma vida próspera, devido a atuação constante e eficaz da escola, família, amigos e comunidade. Por outro lado se a atuação da escola, família

e grupos de amizade falhar, o jovem poderá passar por momentos complexos, que venham a implicar ao longo de sua vida.

Dessa forma, Saito; Colli (1995) afirmam quanto a importância do conhecimento dos aspectos que envolvem este período por parte tanto da família, quanto da escola e até mesmo dos médicos. Há a necessidade de conhecer tais fatores para que se possa compreender e atuar de forma a auxiliar este adolescente durante esta fase da vida. Além do comportamento durante este período ser bastante complexo, os fatos dependerão de diversos acontecimentos que marcam a vida do adolescente e do ambiente no qual cresce, conforme afirma Blos (1998).

Considerando que o organismo humano está exposto, desde a infância a agentes agressivos, é importante analisar que a nocividade dependerá de diversos fatores como, o agente, a idade do indivíduo e a realidade a qual este está inserido. (PINSKY; BESSA, 2004). Neste contexto é importante considerar que cada indivíduo é formado por um conjunto de informações genéticas que lhe conferem a sua identidade, a qual por si só já o difere dos demais representantes da uma mesma espécie. O desenvolvimento deste indivíduo, considerando a influência dos fatores ambientais, resulta em características diferentes (atitudes, habilidades, desejos, vulnerabilidade, personalidade, entre outros). Este pode ser mais um fator responsável pela dificuldade de adoção de medidas e ações que venha a combater as drogas, pois cada pessoa, independentemente da idade, poderá receber a mesma informação de forma distinta e, conseqüentemente, a reação difere entre os indivíduos.

Tudo isso é conduzido pelas interações cerebrais e circuitos nervosos. Pinsky; Bessa (2004) afirmam que para que um determinado comportamento se efetive, deve haver uma motivação. Assim sendo, “os circuitos cerebrais envolvidos na motivação são os responsáveis pela impulsividade, pelas tomadas de decisões, pela manutenção das funções básicas [...] e também pela eventual dependência as drogas” (PINSKY; BESSA, 2004, p. 36). Ocorre que em situações normais os circuitos cerebrais têm a capacidade de interagir com o ambiente externo, avaliando as condições externas e internas, para determinar qual melhor comportamento a ser executado. Entretanto há certa sensibilidade nestes circuitos, o que faz com que em determinadas situações haja uma resposta intensa.

Desta forma, se o jovem está passando por um período bastante complexo, a sua vulnerabilidade às respostas intensas tende a ser maior. Conseqüentemente ele

pode ser considerado mais vulnerável ao uso de substâncias psicoativas do que os adultos (SILVA; MATTOS, 2004).

Para explicar esta afirmação, Pessanha (2001), acredita que durante o convívio com os pais e, principalmente com a mãe, o adolescente vivencia, incorpora e assimila muitas emoções e sensações boas e/ou más. Os pais, em seu dever de orientar os filhos, reprimem ou permitem as atitudes dos jovens e, em muitos casos, de maneira extrema. Conseqüentemente, os pais passam a pertencer ao mundo mental dos jovens como uma figura destrutiva ou amorosa. O autor afirma que estes fatores internos que acontecem na mente do jovem contribuem para a formação deste indivíduo, a qual pode ser saudável ou não.

Pessanha (2001, p. 112) reflete sobre a expressão, a qual afirma que “a adolescência é anormal e que a normal é patológica”. O autor explica que toda a revolta, transgressão e inquietação vivida durante este período permitem que o jovem cresça, tornando-se ele mesmo. Para Pessanha (2001), tentar modificá-los e adaptá-los aos padrões paternos buscando discutir as divergências é pouco eficaz, pois os adultos assumem o papel de “advogado do diabo”, estimulando ainda mais as revoltas e oposições. Neste sentido, o autor discute que “a melhor forma, de ganhar uma guerra com adolescentes é perder as batalhas, concordando muitas vezes com as suas posturas” (PESSANHA, 2001, p. 112). Seria o ato de observar este jovem, compreendê-lo, aprender a sua linguagem buscando oferecer-lhe o conforto, solidariedade, carinho e atenção de que necessita. Esta também é uma tarefa da escola, não ficando apenas ligada a família.

A comunicação é uma questão de grande importância, uma vez que diante deste universo do adolescente, ele adquire uma linguagem própria. Neste caso, se houver incompatibilidade e falta de sintonia no diálogo, os pais, professores e demais adultos não conseguem ter acesso aos jovens (PESSANHA, 2001).

Ainda, Silva; Mattos (2004) consideram que a ocorrência de estresse no período pré-natal também implica em uma maior vulnerabilidade do jovem às substâncias psicoativas. Neste sentido, o risco é ainda mais elevado no caso desse estresse ter sido causado pelo uso destas substâncias pela mãe durante a gestação. É importante considerar que o estresse infantil pode se manifestar de vários modos, que não somente com o uso de substâncias psicoativas. Outras manifestações envolvem a obesidade, distúrbios físicos, asma, úlceras, depressão, entre outros.

De fato, a influência dos pais está estreitamente ligada a resistência ou a vulnerabilidade da criança ao estresse. “Os pais tem grande importância não só na hereditariedade, mas também como modelos de comportamento para os filhos” (SILVA; MATTOS, 2004, p. 37). Segundo os autores, é com eles que normalmente as crianças irão aprender com lidar com as situações de estresse do cotidiano, de forma positiva ou negativa, recorrendo ou não às drogas para enfrentá-los.

“Estudos científicos sugerem que o uso regular de drogas entre adolescentes é favorecido por certos fatores considerados de risco, entre os quais está o uso de drogas por parte dos pais” (SILVA; MATTOS, 2004, p. 42). E, neste caso, a taxa de alcoolismo dos pais de adolescentes que usam substâncias psicoativas chega a ser de até quatro vezes maior que a população geral.

Silva; Mattos (2004) afirmam que os adolescentes normais já têm uma maior vulnerabilidade ao uso de drogas devido a atuação imatura dos circuitos cerebrais, que são responsáveis por controlar os sentimentos de impulsividade e os comportamentos extremos.

Problemas relacionados o desempenho escolar também são citados como indicativos de risco para o uso de substâncias psicoativas. Há aqui certa dificuldade em definir a causa e o efeito, ou seja, Silva; Mattos (2004, p. 42) questionam: “seria o uso da droga responsável pelo mau desempenho ou o mau desempenho provocaria o uso da droga?”

Desta forma, Silva; Mattos (2004) consideram que é de responsabilidade do adulto (pais, professores, e demais adultos de contato do jovem), encontrar um equilíbrio entre permitir e auxiliar o adolescente durante este processo necessário de aquisição de autonomia e definição de identidade e, ao mesmo tempo, evitar uma liberdade extrema que o torne ainda mais vulnerável a busca pelas drogas. Este é o fato que permitirá ao jovem a capacidade de suportar as frustrações, tomar decisões, aprendendo a conviver de forma responsável na sociedade.

1.1.1 O uso de substâncias psicoativas: revogando as perspectivas sociais e educacionais em prol de uma adolescência sadia

Conforme um levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) o último levantamento sobre o consumo de substâncias psicoativas entre estudantes de ensino fundamental (8º e 9º ano) e

médio (1º a 3º ano) da rede particular do município de São Paulo/SP teve como resultado, tendo como referência o mês (30 dias) que antecedeu a pesquisa, os seguintes dados: 39,6% dos estudantes relataram ter consumido alguma bebida alcoólica nesse período de tempo, 10,2% tabaco (cigarro), 3,7% inalante(s), 3,8% maconha, 3,7% tranqüilizantes (benzodiazepínicos), 1,7% estimulantes (anfetaminas), 0,9% ecstasy, 0,9% cocaína e 0,1% crack. Ainda, o levantamento salienta que cerca de 80% dos estudantes do ensino fundamental e 70% do médio relataram nunca ter usado qualquer droga, exceto álcool e tabaco. Participaram do estudo 5226 estudantes, sendo 2691 do ensino médio e 2535 do ensino fundamental (CARLINI; MOURA; AMATO, 2010).

O VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras, realizado em parceria entre CEBRID e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), concluído em 2010, mostrou diminuição de 49,5% no uso de drogas ilícitas entre estudantes da rede pública do país, quando comparado com a última pesquisa, realizada em 2004. Foi considerado o uso, continuado ou não durante o ano, de solventes inalantes, ansiolíticos, anfetamínicos, cocaína, maconha, crack e anticolinérgicos. Somente no caso da cocaína não foi observada redução do consumo. O consumo de álcool, por exemplo, diminuiu 35,1%, enquanto o de tabaco reduziu 37,6% (SENAD, 2011).

Este estudo mostrou que também existem diferenças na proporção de alunos usuários entre a rede pública e privada. Foi constatado que “9,9% dos estudantes das escolas públicas utilizaram, nos 365 dias anteriores à aplicação do questionário, qualquer tipo de droga (exceto álcool e tabaco), enquanto na rede particular esse número foi de 13,6%” (SENAD, 2011).

Conforme relatos da secretária-adjunta da SENAD, Paulina Duarte, este fato é resultante das ações que vêm sendo implementadas nas escolas através de capacitação aos professores e das ações comunitárias desenvolvidas em âmbito social (SENAD, 2011).

As substâncias psicoativas são comumente e erroneamente chamadas de drogas. Esta terminologia acaba confundindo, principalmente a população leiga, gerando mais preconceito e dificultando ações preventivas. Assim, a palavra droga é muito mais abrangente do que se imagina, pois conforme a farmacologia brasileira a define trata-se de “qualquer substância de origem mineral, vegetal ou animal”. Desta

forma, os termos mais adequados são “substâncias psicoativas” ou “drogas de abuso”. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), as drogas de abuso agem no cérebro, provocando efeitos estimulantes, euforizantes e/ou tranqüilizantes (SERRAT, 2006, p. 62).

As drogas de abuso são conhecidas como lícitas (álcool, tabaco) e ilícitas (maconha, cocaína, cola, LSD, ecstasy, entre outras) e são classificadas de acordo com a sua atuação no sistema nervoso central. Sendo assim, existem aquelas que são depressoras ou estimulantes da atividade cerebral e aquelas que causam alucinações. Algumas destas drogas têm uso terapêutico, entretanto pelo fato de afetarem o funcionamento do sistema nervoso, o uso abusivo poderá desencadear um quadro de dependência (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Têm um grande potencial de produzir sensações prazerosas e de bem estar, a quem as utiliza. Entretanto, o uso repetido da droga fará com que esta sensação diminua e, conseqüentemente o indivíduo aumenta as dosagens e a freqüência, em busca do sentimento de bem-estar inicial. Neste momento começa uma fase conhecida como de tolerância, a qual se caracteriza pela dependência (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Antes de abordar as especificações de cada grupo de substâncias psicoativas, é importante considerar que todas representam um aliado, um apoio ao jovem que a utiliza. Em diversas situações este apoio que o jovem busca vem em decorrência da sua necessidade de fuga da própria realidade, que pode estar relacionada a violência, exclusão, falta de estrutura familiar, psíquica ou social. Mesmo sabendo dos danos que estas substâncias causam em seus organismos, os jovens se consolam com os breves momentos de prazer que as mesmas lhe proporcionam. Há casos de jovens que se deparam com os enganos cometidos e almejam alternativas de refazer suas vidas e sonhos, entretanto precisam se apoio de outras esferas, como a família e a escola. Outros, não vêem em si a coragem e a força para enfrentar a vida longe das drogas e, em muitos casos, não vêem ao seu lado alguém que possa lhe ajudar.

Drogas depressoras do sistema nervoso central: a este grupo estão relacionados o álcool etílico, os barbitúricos, os benzodiazepínicos, os analgésicos opióides e os solventes inalantes.

Álcool etílico: o álcool presente nas bebidas chama-se etanol e a intoxicação por ele causada se deve, geralmente, a ingestão de duas ou mais doses. Esta

situação caracteriza-se por sintomas que vão desde alterações extremas de humor, aumento da sensação de autoconfiança, alteração da capacidade de julgar situações ao seu redor, diminuição da atenção, dos reflexos e da coordenação motora, visão dupla ou turva, sonolência, tontura, náuseas, vômitos e até o coma, parada cardiorrespiratória e morte (LEMOS; ZALESKI, 2004).

A ação inicial do álcool no organismo, a qual é desejada pelos jovens, manifesta-se através de sentimentos de desinibição e coragem, seguida por relaxamento e sedação. Outro motivo pelo qual tem sido cada vez mais usado pelos adolescentes é o fato de ser considerado um agente socializador ligado ao lazer. Também é considerado um motivo de aceitação ou rejeição por parte dos grupos, que acabam pressionando os indivíduos a beber de qualquer forma (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Quando da ingestão prolongada do etanol, caso típico de alcoólatras, há uma intoxicação crônica. A intoxicação crônica caracteriza-se pela perda de memória, confusão mental, lesões gástricas (gastrite, pancreatite, cirrose), desnutrição, perda de massa muscular, baixa na defesa imunológica, alteração no tempo de coagulação, entre outros (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Barbitúricos: são drogas com finalidade terapêutica, utilizados para tratamento de epilepsia (fenobarbital), como indutores de sono (pentobarbital), anestésicos e relaxantes musculares (triopental) (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Os efeitos são semelhantes aos dos benzodiazepínicos. Doses pouco elevadas, de cerca de três vezes mais do que as terapêuticas podem causar alterações respiratórias, coma e até a morte (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Benzodiazepínicos: são drogas com finalidades terapêuticas, utilizadas como calmantes, relaxantes musculares. Os mais conhecidos são o Diazepam, Lorazepam, Bromazepam, Clonazepam, Flunitrazepam, Midazolam e Alprazolam (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

Os efeitos são semelhantes ao do álcool e dos inalantes, provocando alterações na coordenação motora, na recepção dos órgãos dos sentidos. Entretanto os casos de intoxicação são fatais, embora sejam raros (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Analgésicos opióides: utilizados no tratamento de dores intensas que não aliviam com analgésicos comuns, como a morfina. Também são utilizados em medicamentos para o combate a diarreias e tosses. Além da morfina, são

substâncias opióides, a codeína e a heroína. Estas são chamadas de narcóticos, devido ao efeito de hipnose e analgesia (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Estes opióides estimulam o sistema nervoso central, alterando a percepção e condução da dor. Provocam sonolência, alteração de humor, alucinações, náuseas, vômitos, entre outros. A intoxicação leva a uma parada respiratória. Os efeitos esperados são um estado de torpor, calma, onde a realidade e sonhos se misturam. O uso contínuo destes opiáceos produz uma intensa dependência, com evolução rápida para a tolerância (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

Solventes inalantes: Trata-se de substâncias voláteis presentes em muitos produtos de uso doméstico, como: acetona, cola de sapateiro e outras colas, gasolina, removedor de tinta, esmalte, fluído de isqueiro, laquê, tintas em geral, além de cloreto de etila (lança-perfume), clorofórmio e éter (loló) (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Lemos; Zaleski (2004, p. 17) afirmam que “segundo dados do CEBRID, os solventes inalantes ocupam o primeiro lugar como as drogas mais consumidas por crianças e adolescentes”, com exceção do álcool e do tabaco. Pesquisas realizadas pelo CEBRID mostram que em escolas públicas os solventes também são os mais usados pelos alunos do ensino médio e fundamental, com exceção de álcool e tabaco (LEMOS; ZALESKI, 2004).

O efeito dos solventes no sistema nervoso caracteriza-se em quatro fases distintas: a primeira fase é a de excitação, com sintomas de euforia, tontura, náuseas, alterações visuais e auditivas; a segunda fase é a de depressão leve, onde ocorre uma confusão mental, delírios auditivos, perda do autocontrole; a terceira é a fase de depressão moderada, com alteração do estado de alerta e de coordenação motora e visual e da fala, seguida de alucinação; na quarta fase, de depressão profunda, o indivíduo sofre inconsciência, delírios, convulsões, podendo chegar a morte. Podem ocorrer distúrbios neurológicos permanentes após o uso contínuo destas substâncias (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

Pode ocorrer também hiperatividade cardíaca, com conseqüente ataque cardíaco e até a morte em caso de o indivíduo realizar esforço físico, logo após inalar algum destes solventes (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Drogas estimulantes do sistema nervoso central: fazem parte deste grupo o tabaco, as anfetaminas e a cocaína.

Tabaco: o tabaco, a partir do século XX tornou-se atrativo aos jovens devido a pressão estabelecida pela mídia, que envolvia imagens de pessoas bonitas, bem sucedidas, esportistas, mulheres decididas e fortes, homens “machos” durante as propagandas (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Ao fumar, o indivíduo se expõe a mais de quatrocentas substâncias tóxicas, entre as quais está a nicotina, que causa a dependência e leva aproximadamente nove segundos para chegar ao cérebro. Os efeitos tóxicos estão relacionados não somente a nicotina, mas também ao alcatrão, monóxido de carbono, entre outros (LEMOS; ZALESKI, 2004).

A nicotina estimula a atenção, o desempenho mental e psicomotor e diminui o apetite. Entretanto, tem efeitos sobre a pressão arterial, sistema gástrico e respiratório. Entre os problemas que poderão ocorrer no sistema respiratório estão bronquite, enfisema pulmonar, câncer de pulmão, laringe, faringe, além de câncer na boca, estômago, mama, infartos e hemorragias cerebrais. (LEMOS; ZALESKI, 2004).

O consumo de tabaco por adolescentes tem sofrido um aumento em todo o mundo e, entre as causas, Lemos; Zalesky (2004, p. 23) afirmam que “a nicotina, na adolescência, é a droga que mais captura usuários experimentais”, pois as pesquisas feitas pela OMS relatam que a maioria dos tabagistas inicia o consumo de tabaco na adolescência, sendo muito menor os casos com início na fase adulta. A predisposição dos adolescentes deve-se a “pressão exercida pelos amigos, o papel da mídia e ao contato precoce com o tabaco na própria família” (LEMOS; ZALESKY, 2004, p. 23).

Anfetaminas: têm propriedades terapêuticas, pois são utilizadas como inibidores de apetite em casos de obesidade mórbida. Entretanto, o uso inadequado em tratamentos sem o acompanhamento médico leva a dependência (LEMOS; ZALESKI, 2004).

As anfetaminas são drogas sintetizadas em laboratório e as mais conhecidas são: metanfetamina, fenfluramina, mazindol, dietilpropiona, femproporex e metilfenidato. São conhecidas pelos motoristas como “rebites”, e em alguns locais os jovens as conhecem como “bolinha”. Estas substâncias aumentam o estado de alerta, inibindo o sono e apetite, levando o indivíduo a sentir-se mais enérgico (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Cocaína: a cocaína pode ser encontrada em diferentes formas: em pasta, quando fumada é conhecida como merla, em pó ou microcristais, quando aspirada,

conhecida como cloridrato de cocaína, na forma sólida ou em pedras, fumado em cachimbos, conhecido como crack. Nesta forma produz os efeitos mais intensos e mais rápidos, cerca de 10 a 15 segundos, que duram cerca de 5 minutos (LEMOS; ZALESKI, 2004).

A cocaína produz um intenso prazer, euforia e sensação de poder. Os efeitos são hiperatividade, falta de apetite, insônia, comportamentos violentos, irritabilidade, alucinações, delírios, psicose, pânico, depressão, entre outros. Os usuários podem apresentar derrames intracranianos e convulsões (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

As drogas alucinógenas: fazem parte deste grupo a *cannabis*, mescalina, ayhuasca, psilocibina, LSD, *ecstasy*, *club drugs*, triexfenidila e ketamina.

Cannabis: *Cannabis sativa* é o nome da planta da qual se origina a maconha (folhas e flores secas) e o haxixe (pasta da seiva). São substâncias com propriedades analgésicas, hipnóticas e plasmolíticas. Os usuários destas substâncias buscam um sentimento de calma, relaxamento, aguçamento da percepção sensorial, alegria, bem-estar, entre outros. Esta sensação é comumente seguida de sonolência e sedação. Como efeitos, o uso causa angústia, tremores, déficit de memória e atenção, delírios, alucinações, alteração na percepção do tempo e distância. Estudos mostram que o uso prolongado está associado a bronquite, infertilidade e ao desencadeamento de esquizofrenia. Ainda, o déficit provocado com maconha está relacionado às dificuldades de aprendizagem e repetência escolar (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

Mescalina: é uma substância alucinógena derivada de um cacto, entretanto não é encontrada no nosso país (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Ayhuasca: é uma planta alucinógena utilizada em rituais religiosos (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Psilocibina: é o princípio ativo encontrado em cogumelos alucinógenos (LEMOS; ZALESKI, 2004).

LSD: Consiste em um ácido alucinógeno muito potente, pois produz alucinações mesmo quando utilizado em concentrações muito pequenas (LEMOS; ZALESKI, 2004). “A introdução de LSD no organismo é feita por absorção sublingual” (SERRAT, 2006, p. 70).

O indivíduo que a utiliza busca uma sensação de euforia, excitação, acompanhada de alucinações auditivas e visuais agradáveis. Tais sentimentos são chamados de “boa viagem” (LEMOS; ZALESKI, 2004, p. 26; SERRAT, 2006).

Estes sentimentos podem não acontecer e o indivíduo acaba passando por uma “viagem ruim”, caracterizada por ansiedade, violência, delírios, depressão, medos de enlouquecer e de morrer (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

Ecstasy: é uma anfetamina sintetizada para utilização terapêutica como moderador de apetite. Passou a ser utilizada como alucinógeno associado a festas (danceterias, discotecas) na década de 1980. Seu uso está associado a sentimentos de desinibição, de auto-percepção (indivíduo sente gostar mais de si mesmo), além de aumentar a resistência durante as festas, inibindo o cansaço. O *ecstasy* também inibe o apetite, causa dores musculares, insônia, podendo gerar sentimentos depressivos nos dias subseqüentes ao uso. O efeito desta substância pode durar cerca de oito horas e, neste caso, como propicia energia para o indivíduo, este terá energia suficiente para exercer um grande esforço através de horas de dança, o que levará a um aumento inadequado na temperatura corpórea, podendo resultar em morte por hipertermia (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Club drugs: são substâncias alucinógenas utilizadas para intensificar a disposição e percepções sensoriais durante festas. “É o caso do LSD, *ecstasy* e ketamina, freqüentemente associados com flunitrazepam ou GHB (gama-hidroxibutirato)”. Estas últimas têm efeitos sedativos, por isso são utilizadas com LSD, *ecstasy* ou ketamina, potencializando a ação (LEMOS; ZALESKI, 2004, p. 28).

O GHB causa inconsciência e amnésia e por isso é utilizado principalmente em casos de estupro, em festas *rave*, pois a vítima não lembrará de nada. Esta substância é praticamente inodora e incolor, sendo facilmente adicionada em bebidas sem que a vítima perceba (LEMOS; ZALESKI, 2004).

Os *club drugs* quando usados em pequenas doses podem provocar bem-estar, euforia, sensação de autoconfiança e incoordenação motora. Quando usados em doses maiores provocam sedação, náuseas e vômitos, podendo seguir com insuficiência respiratória e morte.

Triexfenidila: é uma droga utilizada no tratamento da doença de Parkinson e outros problemas motores. Tem sido utilizada como droga em função dos efeitos colaterais que causa, como tontura, alterações visuais, agitação e confusão mental (LEMOS; ZALESKI, 2004; SERRAT, 2006).

As substâncias psicoativas, de modo geral, agem de forma sábia no cérebro dos indivíduos. Entretanto, após o uso intenso de uma determinada substância psicoativa ela passa a não causar as mesmas sensações prazerosas buscadas pelo indivíduo. Assim, este só poderá pensar em procurar ajuda para livrar-se do vício quando os efeitos desejados já não são mais sentidos (LEMOS; ZALESKI, 2004; SILVA; MATTOS, 2004).

Para explicar esta informação é importante considerar que todos os processos cerebrais envolvem diversos neurotransmissores, entre os quais estão a dopamina e a serotonina. A dopamina é responsável por ativar o circuito da motivação, enquanto que a serotonina o deprime. Assim, ação das drogas está relacionada a dopamina, pois causa a elevação dos seus níveis, gerando a sensação de euforia (SILVA; MATTOS, 2004).

O uso destas drogas de forma contínua causa a liberação repetida de dopamina e, conseqüentemente, leva a mudanças neuronais. A administração repetida de baixas doses causa, inicialmente, um aumento dos efeitos da droga e o indivíduo passa a exibir um comportamento compulsivo pela droga, chamado de fissura. A fissura caracteriza-se por um “desejo duradouro existente mesmo quando a motivação básica para consumir a droga já não é o prazer imediato ou a necessidade de evitar o desprazer da abstinência” (SILVA; MATTOS, 2004, p. 37). Ou seja, o cérebro se acostuma com o estímulo e exige cada vez mais ser estimulado, ficando dependente disso para sua motivação.

Silva; Mattos (2004) afirmam que os sistemas neuronais de reforço se revelam extremamente ativos durante a adolescência, enquanto que os sistemas inibitórios, que controlam comportamentos adversos estão, durante este período, inversamente proporcional. Isso explica o porquê da maior vulnerabilidade do adolescente em relação ao adulto, uma vez que no jovem o estímulo cerebral causado pela droga é sentido de forma mais intensa por ele do que pelos adultos. Esta teoria foi testada em laboratório, após administrações repetidas de substâncias psicoativas em camundongos. Neste experimento verificou-se que a liberação de dopamina foi bem mais elevada nos camundongos jovens do que nos adultos.

Assim, percebe-se que “a maturação do sistema inibitório, mediado pela serotonina, não parece acompanhar na mesma medida a do sistema ativador, mediado pela dopamina” (SILVA; MATTOS, 2004, p. 38). Isso explica o porquê de sentimentos de bravura, impulsividade, desejo por experiências novas por parte dos

jovens, enquanto que, no adulto, comportamentos extremados são inibidos pelos circuitos cerebrais. Entretanto, segundo os autores, é importante considerar que tanto o sistema de motivação ou recompensa (dopaminérgico) quanto o de inibição (serotonérgico) não estariam bem constituídos nos jovens para exercer o seu papel de ponderação e controle das ações.

Embora os sistemas serotonérgicos moderem os comportamentos compulsivos, eles geram sentimento de ansiedade. Este seria o motivo que leva alguns jovens a administração de tranqüilizantes para aliviar a tensão do cotidiano causada por situações adversas que envolvam medo e ansiedade (SILVA; MATTOS, 2004).

Por isso, o abuso de drogas tem sido uma preocupação em nível mundial, sendo considerado um problema de saúde pública, um problema social. Além dos prejuízos no organismo do usuário, há prejuízos na família, devido a instabilidade que se instala, sem contar nas situações que envolvem a criminalidade (ELUF, 2004). Diante disso, Mager; Sivestre (2004, p. 85) questionam: “A violência é gerada pelo uso de drogas”? Os autores afirmam que este é um problema que atinge grande parte dos adolescentes e até mesmo crianças. Ressaltam que as drogas seriam consideradas agentes potencializadores da violência. Ou seja, há uma predisposição mental para a violência por parte de alguns indivíduos que, ao tornarem-se usuários de drogas, adquirem a capacidade e coragem de praticar ações violentas.

1.1.2 O uso de drogas em idade escolar e os fatores agravantes

O norte-americano W. J. Bukoski realizou diversas pesquisas que contribuíram para uma base de dados durante investigações a respeito das origens do uso de drogas e os caminhos seguidos pelos usuários (SLOBODA, 2004).

Sendo assim, os possíveis fatores de risco diferenciam-se em: pessoais (primeira infância), pessoais (segunda infância) e ambientais. Entre os fatores referentes a primeira infância estão o histórico familiar envolvendo o consumo de drogas, carência de vínculo com pais e de monitoramento familiar, conflitos familiares, rejeição pelos colegas e até mesmo alguma pré-disposição fisiológica.

Com relação aos fatores presentes na segunda infância estão as manifestações comportamentais associadas a agressividade, rebeldia e repulsa

social, insucesso escolar, fraca ligação com a escola e convivência com colegas já usuários de drogas (SLOBODA, 2004).

Os fatores ambientais relacionam-se com privação econômica e social, disponibilidade e facilidade ao acesso às drogas, momentos difíceis de transição durante o desenvolvimento, escasso vínculo com a comunidade onde mora (SLOBODA, 2004).

Por outro lado há fatores de proteção ao jovem que incluem: relação com familiares e principalmente com a mãe, estabilidade psicológica familiar, bons modelos familiares, sucesso acadêmico, relações prazerosas e saudáveis com amigos e comunidade, monitoramento parental, envolvimento de familiares no cuidado quanto ao bem estar do jovem, forte vínculo com colegas e escola, além de limitação quanto a possibilidades de acesso ao álcool, tabaco e demais drogas (SLOBODA, 2004).

Abramovay; Castro (2005) apontam relatos de estudante que afirmam que a entrada de drogas nas escolas, na maioria dos casos, está associada ao fato da presença destas nos arredores da escola. Embora os gestores consigam impedir o uso dentro da instituição, do lado de fora, bem próximo o acesso é facilitado, pois existem traficantes rondando as escolas. Entretanto, em muitos casos, professores/gestores escolares não presenciam o uso de drogas dentro das instituições, mas depoimentos citados por Abramovay; Castro (2005) sugerem que os alunos presenciam colegas usando drogas dentro do perímetro escolar. Normalmente trata-se de maconha, que é usada dentro dos banheiros, sendo este o local preferido para se esconder.

Abramovay; Castro (2005) consideram que é importante que a gestão escolar esteja atenta quanto a possibilidade do tráfico dentro das escolas. Diante disso, relatam um fato ocorrido em uma escola pública de Vitória/ES, onde havia um aluno que lá permaneceu durante 5 anos. Durante este período, o menino passou de ano apenas duas vezes, reprovando nos demais e, enquanto isso, ele vendia drogas para os demais alunos, até que foi descoberto. Abramovay; Castro (2005, p. 104) consideram o seguinte depoimento: “para alguns seguranças e inspetores, existem alunos que preferem reprovar e que o intuito deles não é estudar, mas ser ponto focal no repasse da droga”.

Assim, o uso de drogas em idade escolar é uma questão a ser analisada e monitorada com cuidado, para que se possa adotar as medidas eficazes para a

proteção da escola e principalmente para a proteção dos alunos. Abramovay; Castro (2005) afirmam que uma das principais conseqüências do uso de drogas está no rendimento escolar.

Berman et al (2001, apud ABRAMOVAY; CASTRO, 2005, p. 112) revelam que “quanto mais altas as notas do aluno, menor é o risco de experimentar drogas”. Desta forma, pesquisas realizadas pelo CEBRID mostram que há uma associação entre o uso de drogas, principalmente ilícitas, e a freqüência de reprovações. As pesquisas revelam que a proporção de alunos que reprovam e que já usaram ou usam drogas é relativamente maior do que a taxa de alunos que reprovam, mas que não fizeram o uso de drogas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005).

Contudo, o desinteresse pela escola, pelos estudos também pode estar estimulando os alunos a buscar o envolvimento com as drogas. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005). Já Mager; Sivestre (2004) consideram que metodologias pedagógicas adequadas e diferenciadas na escola poderão atuar de forma muito eficaz diante de tal situação. Entre as ações que poderiam contribuir está “um projeto pedagógico discutido e estabelecido em consonância com a política de direitos, onde cada escola pode elaborar um regimento interno baseado em regras saudáveis de convivência” (MAGER; SIVESTRE, 2004, p. 87).

Tendo em vista tais considerações (SERRAT, 2006, p. 74) afirma que “discutir o uso abusivo de drogas é estar diante de problemas éticos, filosóficos, metodológicos, políticos e psicológicos, e de uma questão fundamental ligada à investigação científica em prol de uma sociedade mais sadia”.

Dessa forma, elencar os fatores agravantes relacionados ao uso de substâncias psicoativas em idade escolar é uma tarefa menos complexa do que o planejamento de ações que minimizem estes fatores, considerando as especificidades de cada indivíduo e da realidade a qual cada um se insere. Se por um lado há casos onde a família praticamente causa a exclusão e, conseqüentemente, proporciona momentos difíceis ao jovem, a escola pode vir a ser o local de refúgio para este jovem, onde buscará a compreensão, carinho e apoio de que necessita. Entretanto, a escola está preparada para esta tarefa? Por outro lado, observa-se que, por se tratar de uma tarefa complexa, que exige muito dos envolvidos, há quem possa estar agindo de forma negligente, fechando os olhos para um problema que está gerando uma sociedade doente, e conseqüentemente,

uma geração escolar desassistida? Neste caso, quem estaria sendo negligente? Os gestores escolares ou as políticas públicas educacionais?

Refletir sobre quem está deixando de atuar é importante, entretanto, talvez o mais importante seja planejar e pôr em prática ações e programas em benefício de uma geração de jovens saudáveis, livres das influências catastróficas provocadas pelas drogas de abuso.

1.2 O papel da escola diante da presença de substâncias psicoativas entre os jovens: práticas escolares em sala de aula e as perspectivas de gestão escolar

Almeida (2000) analisa a possibilidade de duas formas de abordagem às drogas, uma direta, centrada basicamente nas drogas e outra indireta, centrada em diferentes mediações. Para a autora, a forma direta feita de forma inadequada pode ser mais nociva do que o silêncio. Ou seja, há inúmeras campanhas de combate as drogas por todos os locais, a palavra com frequência recebe ênfase ou destaque em textos, campanhas, informativos e, a forma pela qual as informações estão disponíveis podem despertar um fascínio pelas drogas, levando o jovem a buscar esta aventura. A autora cita um relato de um jovem internado para tratamento: “minha mãe sempre comprava livros sobre drogas e tentava me informar. Acho que um dos motivos que me levou a usar drogas foi o tanto que a minha mãe falava”. (ALMEIDA, 2000, p. 84). Alguns relatos de jovens afirmam que, por mais que estejam informados a respeito, se há o desejo de usar psicotrópicos, a informação não será suficiente para inibir tal desejo (ALMEIDA, 2000). Diante disso, é importante refletir se a informação realmente é capaz de mudar o comportamento.

Em vista disso Almeida (2000) compreende que a informação é necessária, mas que não pode se basear em extremos. Ou seja, um dos fatores importantes a respeito é o fato de que a informação não pode ser transmitida de forma igual para diferentes públicos. Isso é o que acontece com as campanhas veiculadas através dos meios de comunicação, onde a mesma linguagem e abordagem direta atingem diferentes pessoas, com habilidades de compreensão e níveis econômicos e sociais diferentes.

Considerando que cada indivíduo tem suas especificidades, onde cada situação e informação é obtida, analisada e compreendida de forma diferenciada, deve-se considerar que a reação para cada fato difere entre as pessoas. Assim, a

abordagem a respeito de assuntos complexos como os relacionados a substâncias psicoativas deveriam atender as demandas, ao menos, por faixa etária. Abordagens generalistas, principalmente aquelas veiculadas aos meios de comunicação podem gerar o desejo ou aumentá-lo, uma vez que, em alguns casos, tais abordagens agem mais como propaganda de um produto do que como uma campanha de controle, de fato. Contudo, fazer referências sobre as drogas é de extrema importância, mas a forma escolhida precisa estar direcionada a um determinado público alvo, o que conseqüentemente irá gerar modelos diferentes de abordagens, de acordo com o público alvo.

Se esta abordagem trabalhar com a estratégia do medo poderá ter efeitos mais interessantes no sentido de afastar os jovens das drogas. A estratégia do medo busca enfatizar mais os aspectos negativos das drogas, com relatos, rostos e imagens marcantes e verídicas de diferentes situações vividas pelos usuários. Entretanto, do ponto de vista pedagógico, esta não é uma atividade construtiva, uma vez que afirma que o ato de educar através do medo causa a substituição da atração pela repulsa e, conseqüentemente, não reprime o desejo, apenas o controla (ALMEIDA, 2000).

Almeida (2000) defende também a abordagem indireta que aponta a relação existente entre os vários aspectos que envolvem as drogas, tendo como fundamento o princípio de educar o indivíduo. É neste sentido que está a atuação da escola, que poderá ser realizada de maneira bastante abrangente, obtendo resultados significativos.

É importante considerar que a mídia, as propagandas e demais informações veiculadas através de meios de comunicação vão existir sempre e de forma a atingir uma vasta gama de pessoas diferentes com a mesma informação. É por isso que a escola precisa investir em programas específicos, que visem atingir o público jovem que vem sendo o principal alvo das substâncias psicoativas.

Em vista disso, a escola é considerada um dos ambientes mais adequados para intervenções de prevenção ao uso de drogas, pois é nela que os jovens passam grande parte do seu tempo, desde a infância. “A escola continua a ser uma instituição de socialização por excelência, na qual se reforçam valores e normas sociais, constituindo, também, em si, um ambiente de proteção para a criança” (SLOBODA, 2004, p. 112). Entretanto, o ambiente de proteção para a criança e para os jovens deveria começar pelo ambiente familiar, local onde este indivíduo

receberia a atenção, compreensão apoio ou repressão frente as suas vivências. Entretanto, ao observar a situação dos alunos, principalmente de escolas públicas, o ambiente familiar apresenta-se, em muitos casos, sem estrutura adequada para garantir a proteção deste jovem, o que aumenta ainda mais a responsabilidade da escola em promover a saúde física e psíquica dos alunos. A escola sempre teve esta posição, entretanto, quando lhe cabe também realizar o papel da família, suas ações tornam-se mais complexas, exigindo mais de cada professor/gestor, os quais nem sempre estão devidamente preparados.

Contudo, como espaço de socialização, a escola dispõe de ferramentas e mecanismos que podem possibilitar aos alunos o conhecimento e desenvolvimento de habilidades importantes para a formação dos indivíduos. Ainda, tem a capacidade de articular programas e ações que busquem aproximar os pais e famílias dos alunos em sua vida escolar (SLOBODA, 2004).

Algumas estratégias escolares promovem impactos e resultados positivos quanto ao assunto. Entre eles está a construção, modificação ou “criação de ambientes contrários ao consumo de drogas, [...] eliminação de concepções errôneas com relação a expectativa de experiências positivas associadas ao uso de drogas” (SLOBODA, 2004, p. 113), além de promover ações que venham a envolver todos os gestores escolares.

Sloboda (2004) relata uma experiência bem-sucedida que ocorreu em uma escola na Califórnia, onde se propôs investir no vínculo escolar através do envolvimento e compromisso dos alunos com os valores, seguranças, respeito e solidariedade desde a sala de aula, estendendo as atividades para a comunidade em geral. As atividades permitiam o desenvolvimento da habilidade dos alunos bem como o compromisso e responsabilidade com situações cotidianas. As ações implementadas na escola envolviam estratégias como: atividades intensas em sala de aula, incluindo o aprendizado cooperativo e um currículo com ênfase em literatura, artes e disciplinas que proporcionavam maior desenvolvimento dos alunos; promoção de atividades escolares que envolviam pais, alunos, gestores, professores, visando construir uma comunidade escolar preocupada com o jovem; adoção de atividades que proporcionavam maior envolvimento dos pais com as atividades que o aluno realizava em sala de aula.

Almeida (2000) analisa também que uma abordagem indireta sobre as drogas, que enfatize a qualidade de vida, também é eficaz. Nesta atividade pode-se

buscar explorar alternativas diferentes e mais saudáveis de ocupar o tempo do que o fazer através do uso de drogas.

Este tipo de campanha não utiliza a estratégia do medo, mas procura mostrar que há inúmeras atividades que podem ser realizadas pelo jovem, as quais proporcionarão excitação, prazer, bem estar e relaxamento de forma saudável. Como exemplo há um informativo distribuído pela Associação Americana do Câncer, o qual abordava 12 alternativas mais saudáveis para fazer do que fumar um cigarro: “pular, nadar, sentir cheiros, jogar, desenhar, ouvir música, caminhar, cantar, andar de bicicleta, dançar ou não fazer nada” (ALMEIDA, 2004, p. 89). Estas estratégias podem ser utilizadas nas escolas, buscando envolver o jovem, de modo que ele perceba que há muito que fazer de forma saudável, sem a necessidade de buscar substâncias psicoativas para sentir-se bem.

Além disso, algumas escolas buscam soluções tecnológicas para monitorar os alunos, como o caso de instalação de câmeras de segurança, exigência do uso de uniformes, garantindo o controle de entrada e saída de alunos. Mas não são medidas muito eficazes, pois a vigilância pode ser burlada de várias formas, principalmente se for considerada a presença de corrupção nas medidas de vigilância dos alunos. Outra atitude adotada e observada como sendo pouco eficaz é o fato de expulsar alunos devido ao uso de drogas, uma vez que pode agravar as situações dos alunos, gerando conseqüências em seu estado psicológico (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005). Ao expulsar ou reprimir um aluno de forma a inferiorizá-lo, adota-se uma postura de negligência e indiferença, podendo gerar a este jovem um sentimento de desistência de si próprio. A escola por ser um ambiente de socialização deve agir de forma contrária, buscando mostrar ao jovem a importância dele na sociedade e na comunidade escolar, considerando valores sociais e principalmente o valor que ele representa para si mesmo. Assim, medidas paliativas e radicais para solucionar tais situações poderão mascarar ou otimizar ainda mais o problema.

Abramovay; Castro (2005, p. 120) sugerem quanto a intervenção escolar e, consideram que “a atração das drogas para os jovens pode ser indiretamente desconstruída se outras referências afirmarem-se na vida deles e se for estimulada uma perspectiva crítico-reflexiva sobre os sentidos vividos”. Assim, a escola pode suprir as necessidades existenciais dos jovens através de medidas que implicam tanto em investir na segurança quanto em ambientes agradáveis, com qualidade de

ensino e atividades extras que estimulem a criatividade, auto-estima a convivência solidária, participativa, buscando também uma maior relação entre alunos e professores e entre escola e família.

Desta forma, em nível de gestão escolar Abramovay; Castro (2005) ressaltam quanto as medidas que podem ser adotadas: ações de prevenção tanto ativas, direcionadas diretamente para evitar o uso de drogas, quanto passivas, com modificações no ambiente escolar. Além disso, a adoção de uma cultura de paz, enfatizando trabalhos de cooperação, solidariedade, reconhecendo a diversidade que compõe o ambiente escolar; abertura de espaços para atividades culturais e educação de cidadania, atividades de extensão que estimulem a participação dos jovens; programas sociais com atividades lúdicas, medicina preventiva e acompanhamento psicológico; desenvolvimento de atividades profissionalizantes que promovam a auto-estima dos alunos; estabelecer a ligação e aproximação entre a escola e família, buscando estimular também o diálogo entre pais e jovens. Em relação a esta aproximação da família Abramovay; Castro (2005, p. 123) consideram que “requer criatividade e recursos que não as tradicionais reuniões com pais na escola”. Uma alternativa proposta pelos autores está em desenvolver atividades de encontro e debates entre alunos, pais, professores/gestores e comunidade escolar com especialistas e até ex-usuários, parcerias entre escola e instituições presentes na comunidade e instituições públicas e privadas, como clube de mães, pastorais, associações de moradores, secretarias de educação, saúde, assistência social e universidades. Outra sugestão são redes de debates entre escolas públicas, formando fóruns onde haja a participação de gestores, pais e alunos, estabelecendo uma política de responsabilidade mútua. De maneira geral, Abramovay; Castro (2005) afirmam que é importante estimular os alunos a serem protagonistas na organização de atividades artísticas, culturais e desportivas, estimulando a auto-estima, autonomia, satisfação e responsabilidade.

Ao falar em responsabilidade mútua, uma maneira de exercitá-la está em elencar questões complexas no ambiente escolar, analisar, refletir e propor ações para melhorar, suprir ou minimizar problemas existentes através da elaboração de uma proposta pedagógica de forma democrática e de uma gestão mais democrática, também.

Durante muito tempo as escolas adotaram um modelo administrativo organizado em hierarquias, baseado em princípios propostos por Frederick Taylor.

Este modelo preconizava uma administração centralizada e hierarquizada, que constituía uma conformação de pirâmide. O topo da pirâmide era ocupado por quem tinha todo o poder de decisão. Aos demais membros restavam as tarefas de execução de ordens e planejamentos, mas sem o poder decisório sobre os fatos. (FREITAS, 2000). Após diversas pesquisas este modelo mostrou-se ineficaz para a atualidade, diante de um processo educacional que demanda melhorias e transformações em prol de uma sociedade mais sadia, autônoma e crítico-reflexiva.

Considerando um modo de organização escolar citada pela LDB - Lei 9.394/1996, onde uma gestão democrática é defendida, diante da necessidade de envolver não apenas diretores e coordenadores pedagógicos nos planejamentos escolares, Stedile; Carvalho (2008) revelam que professores precisam ser estimulados a participar não só em atividades de sala de aula, mas também em atividades da gestão escolar.

Em uma proposta de gestão democrática, onde não apenas equipe diretiva e coordenação são vistos como gestores, a possibilidade de tomar decisões, planejar e executar cabe também aos professores, alunos, funcionários e pais, refletindo em um processo educacional mais concreto e eficaz quanto a sua proposta. Conforme Gadotti e Romão (1997) as decisões no âmbito escolar devem se tomadas coletivamente, uma vez que decisões que são tomadas de maneira individual são mais difíceis de serem implementadas na prática. Ao falar em gestão democrática na escola, Paro (1997), considera estar implícita a participação da população no processo. A participação da comunidade na gestão escolar é importante uma vez que tem por objetivo garantir a legitimidade e adequação das políticas adotadas as condições e carências existentes no local onde a escola se insere (COSTA; MAIA; MANDEL, 1997). Na medida em que a escola abre espaço para auxílio as tensões e conflitos existentes na comunidade escolar, também abre espaço para que a comunidade atue em conjunto com a escola de maneira mediadora na solução de tais conflitos (GADOTTI; ROMÃO, 1997).

De acordo com as considerações de Gadotti e Romão (1997, p. 66): “para que o aluno se torne sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, projeto esse inserido no projeto de vida do próprio aluno”.

Lück (2000, p. 7) afirma que a gestão escolar “constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a

articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócioeducacionais”. Compete a gestão escolar direcionar as ações de forma conjunta, em prol da qualidade educacional, articulando com as necessidades da realidade a qual a escola se insere.

Aos gestores cabe pensar e por em prática em projetos educacionais que permitam o enfrentamento de situações complexas, a resolução de questões adversas, propondo transformações inicialmente no espaço físico e pedagógico da escola. Entretanto, a gestão não se esgota no ambiente escolar, devendo se estender as demandas sociais, exercendo assim seu papel em prol da cidadania, contribuindo também para questões sociais.

Segundo Lück (2000) o processo de gestão escolar deve garantir o aprendizado dos alunos de forma ampla, estimulando a autonomia, o conhecimento sobre si, sobre a sociedade e o mundo, de forma que possam saber quando e como aplicar cada informação às situações de âmbito social, econômico, político e científico, num exercício responsável de cidadania.

Considerando que a escola e o processo educacional são altamente dinâmicos, Lück (2000) afirma que quando os esforços são centralizados apenas na equipe diretiva, a probabilidade de fracasso aumenta ainda mais. Neste sentido, reconhecer a força promovida por movimentos democráticos tende a ser instrumento de transformação e desenvolvimento no que se refere às questões escolares.

Assim, “a gestão da educação, entendida como tomada de decisão, organização, direção e participação, acontece em todos os âmbitos da escola” e se torna concreta, principalmente, dentro da sala de aula (STEDILE; CARVALHO, 2008, p. 3). Nesse sentido, é relevante considerar que as práticas pedagógicas em sala de aula, têm o professor como gestor.

Ferreira (2008) considera ainda que a gestão democrática da escola e do pedagógico implica no trabalho dos professores. Assim, é considerável a definição expressa pela autora em relação a gestão do pedagógico:

A gestão do pedagógico é mais do que o planejamento, a elaboração do projeto pedagógico da instituição. Inclui todas as práticas pedagógicas, as crenças, os estudos, os planejamentos, enfim, todas as ações que resultam na atividade central da escola: a aula e na atividade básica dos professores: a produção do conhecimento sua e dos estudantes. (FERREIRA, 2008, p. 111)

Ferreira (2008a, p. 175) denomina pedagógico o “conjunto de elementos intercomplementares” formados por todos os aspectos relacionados a produção da aula e do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma atuação coletiva, onde o diálogo, compreensão, conhecimento e comprometimento é que serão indispensáveis para a eficácia da práxis.

A fragmentação da gestão escolar em diferentes níveis como gestão de pessoas, financeira, do pedagógico, entre outras, tem como consequência a fragmentação do trabalho em educação. Desta divisão, Ferreira (2008a) afirma que o trabalho em educação poderá tornar-se mecanizado, onde alguns sujeitos são responsáveis por algumas decisões em determinadas áreas dentro da escola.

Em seus trabalhos, Ferreira (2008a) aborda as concepções que envolvem o pedagógico, e conforme a autora, a sua existência ocorre numa relação entre sujeitos, mas tradicionalmente esta relação se dá de forma antagônica entre professores e alunos. Ou seja, de forma hierárquica, entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem.

Para Masschelein (2003, apud FERREIRA 2008a, p. 182), “a relação pedagógica não pode ser vista, nem como relação hierárquica [...], nem como uma relação simétrica [...], mas como relação de diálogo entre seres de palavra”.

Assim, o pedagógico é constituído por uma relação entre os sujeitos, onde os principais sujeitos são alunos e professores, entretanto, o pedagógico não está atrelado apenas a ação dos professores, mas sim a ação dos demais envolvidos na educação. Neste sentido Ferreira (2008a) afirma que os professores são os gestores do pedagógico na escola, em primeira instância. Entretanto “está relacionado ao modo como o grupo que compõe a escola se organiza regularmente, a como entende e produz a educação” (FERREIRA, 2008a, p. 183).

Portanto, a gestão do pedagógico não se resume no ato do professor planejar e ministrar as aulas, pois isto leva a uma redução do próprio conceito de pedagógico, o qual conforme Ferreira (2008a) deve acontecer em todos os níveis da escola. Embora o gestor do pedagógico seja o professor em primeira instância, por ser o responsável pela produção do conhecimento, o que acontece na sala de aula.

Assim como a gestão do pedagógico deve envolver professores, alunos e demais envolvidos na educação, estabelece-se que para que isso ocorra, é importante que a escola exercite em todos os âmbitos uma gestão democrática e participativa.

A gestão da sala de aula constitui-se como uma extensão da gestão escolar, pois com a mediação do professor são abordados, estimulados e permitidos atos democráticos e participativos, uma vez que a sala de aula é o local de troca de vivências e experiências de todos os envolvidos. As atividades de sala de aula permitem o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos (STEDILE; CARVALHO, 2008).

Para Stedile; Carvalho (2008) o professor, considerando o conhecimento científico, tem como uma de suas atribuições organizar o seu espaço de atuação em sala de aula, planejar as atividades que mais se adéquam a situação e aos alunos, para então estabelecer uma práxis que tenha como reflexo o estabelecimento de confiança mútua, a aprendizagem e aperfeiçoamento das habilidades dos alunos. É o professor que tem a capacidade de criar situações propícias para a atuação e envolvimento dos alunos. Os autores salientam que:

O professor consciente, ao desenvolver seu trabalho, almeja o desenvolvimento intelectual e moral de seus alunos e planeja ocasiões para que ele exerça a percepção crítica da realidade, já que a relação de ensino e aprendizagem com o educando deve favorecer a análise de valores necessários ao convívio social. (STEDILE; CARVALHO, 2008, p. 4)

Esta ação exige que o professor tenha a capacidade de ouvir, observar e analisar os comportamentos dos alunos e, para Stedile; Carvalho (2008), isso é possível mediante uma organização democrática, também, da escola.

Segundo os autores, a aprendizagem ocorre quando o aluno consegue interagir socialmente e construir seus conhecimentos e, tendo em vista uma aprendizagem social em sala de aula, é possível possibilitar a expansão dos horizontes dos alunos, pois “toda prática pedagógica implica em um relacionamento intencional do professor com os alunos e dos alunos com o conhecimento”, de forma que se tenha como resultado uma complexa interação dos sujeitos consigo e com o objeto do conhecimento (STEDILE; CARVALHO, 2008, p. 5).

A teoria do desenvolvimento psicológico infantil, construída por Henry Wallon, demonstra a importância dos estudos da Psicologia para a concretização de práticas pedagógicas que considerem as dimensões sociais e individuais das crianças e jovens, bem como a necessidade de integrar ao currículo temas que possibilitem o planejamento e a realização de atividades que contemplem o conhecimento de sentimentos, valores, normas e condutas diante de conflitos cotidianos enfrentados

no meio escolar. Assim, “integrar o que amamos com o que pensamos é trabalhar, de uma só vez, razão e sentimentos; supõe elevar estes últimos à categoria de objetos de conhecimento, dando-lhes existência cognitiva, ampliando assim seu campo de ação” (MORENO, 1998 apud ARANTES, 2002).

Neste sentido, Wallon (1989) concebe em sua teoria que a afetividade e a inteligência são indissociáveis e articulam-se nos meios sociais ao longo do desenvolvimento da criança. Seus estudos mostraram que a criança não pode ser vista apenas como um corpo vazio, sem informações, sem expressividade, o qual seria preenchido por estas através dos professores. Ver a criança desta perspectiva defendida por Wallon (1989) está implicado em perceber a criança, suas condutas, suas emoções, as quais estão inseridas em um determinado contexto.

Maturana (2002, p. 15) considera que “as emoções não são o que correntemente chamamos de sentimento. Do ponto de vista biológico, o que conotamos quando falamos de emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos.”

Desde o início, na infância, a função das emoções já está relacionada em possibilitar a interação entre a criança, o meio social e as pessoas, sendo esse, o primeiro recurso utilizado por elas para interagir com as pessoas com quem convivem. Esta interação social é seguida e aperfeiçoada, através do desenvolvimento da linguagem, embora as emoções continuem sendo utilizadas nas interações.

[...] o educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. (MATURANA, 2002, p. 27)

Dessa forma, Galvão ([20--?]) afirma que as emoções em situações de trabalhos em grupo em sala de aula, quando contagiantes, podem contribuir tanto positiva quanto negativamente no desenvolvimento da atividade proposta. Neste sentido, é importante que o educador compreenda, conheça seus alunos, bem como as suas expressões corporais, emocionais, interações com os colegas, a fim de que se possa atentar quanto a maneira pela qual cada aluno consegue absorver as informações.

Assim, o educador ao compreender as expressões e reconhecer nas atitudes de seus alunos a possibilidade de realizar intervenções coerentes que privilegiem a aprendizagem significativa, saberá quando realmente é necessário reprimir o aluno e quando deverá favorecê-lo.

Galvão ([20--?]), considera que a escola pode e deve construir relações entre as crianças que tenha a ver com o contexto escolar. Assim, a criança desenvolverá a diferenciação entre os locais e pessoas com as quais convive e, conseqüentemente, haverá comportamentos diferenciados, por parte das crianças articulados entre os diferentes contextos ao qual estão inseridas (escola, família). A escola, por sua vez, possibilita que a criança ocupe lugares diferentes e, conseqüentemente, possibilita um enriquecimento cultural e social desta criança. Assim, uma sintonia com a educação familiar, também contribuirá para que se tenha êxito na prática educativa.

Embora todas estas ações sejam implantadas é imprescindível que professores/gestores participem de atividades de capacitação continua principalmente com a participação de especialistas em debates diversos, buscando potencializar a capacidade de atuação em benefício aos alunos, escola e, conseqüentemente, em benefício a si mesmo (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005).

Sendo assim, considerando uma atuação da escola baseada na proteção dos alunos e prevenção contra ao uso de substâncias psicoativas, é necessário um planejamento escolar com aprimoramento de conceitos e habilidades de gestores/professores. Este trabalho em prol da saúde e qualidade de vida dos alunos e demais integrantes da escola deve ter ações que vão desde ações em sala de aula, até a extensão para a comunidade escolar.

CAPÍTULO 2

2 O COTIDIANO DA GESTÃO ESCOLAR EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PASSO FUNDO/RS: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Nesse capítulo, serão apresentados e discutidos os dados coletados na pesquisa. Analisou-se como a escola atua diante das situações sociais que a permeiam, como é o caso das substâncias psicoativas em idade escolar. Verificou-se, também, se há ações em desenvolvimento e se estas constam na proposta pedagógica. Ainda, refletiu-se sobre a compreensão dos aspectos da gestão do pedagógico em cada escola. Diante disso, a temática analisada e discutida esteve voltada para a repercussão das ações desenvolvidas na escola, com vistas a minimizar o uso de substâncias psicoativas pelos jovens e conseqüentemente, a evasão escolar, contribuindo para a qualidade de vida destes. Ao instigar uma necessidade de análise sobre o assunto nos professores/gestores, se espera que as suas reflexões possam ir além daquela proporcionada durante a pesquisa, levando a um planejamento de ações que possam preencher lacunas existentes.

Diante disso, foi apresentado separadamente os dados de cada escola, iniciando pela formação profissional dos participantes. Após serão abordadas as concepções da atuação profissional, considerando a gestão escolar e pedagógica na escola.

Ambas as escolas selecionadas são públicas (estaduais) e é importante considerar que há uma diferença bastante grande no quesito infra-estrutura. A escola A, localizada na região central do município, é constituída por cerca de 109 professores, 21 funcionários, 72 salas, sendo que algumas são específicas para funcionamento da Secretaria, Direção, Vice-Direção, Biblioteca, Sala dos Professores, Audiovisual, Cozinha, Laboratório de Informática e de Ciências. O espaço físico conta com 4 quadras de voleibol, 1 para futsal, espaço para basquete, parque de recreação infantil, ginásio de esportes com 3 quadras de voleibol e palco. São 2000 alunos, matriculados nas modalidades de ensino fundamental, ensino médio e modalidade normal (formação de professores para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental – magistério).

Analisando a proposta pedagógica da escola A observou-se que essa trabalha com eixos temáticos, os quais são eleitos anualmente a partir de diálogos entre direção e coordenação pedagógica. Além disso, são desenvolvidos diversos projetos que têm demonstrado apreço por parte dos alunos. Entre estes projetos estão: Festival Artístico Cultural, Gincana Cultural, Informática na escola, Feira do Conhecimento, Invernada de danças, Ensino de Física como atividade extraclasse e Aluno monitor.

Diante disso, a Proposta Pedagógica reforça sua intenção em oportunizar conhecimento que possibilite ao aluno o aprendizado e a formação de um ser social. Entretanto, em nenhum momento questões relacionadas a situações problemáticas na escola são tratadas como alvo de monitoramento ou prevenção, como é o caso da presença de substâncias psicoativas. Mas, os projetos que a escola mantém estão descritos como sendo um fator importante para permitir que o alunos se aproximem e tomem gosto cada vez maior pelo espaço escolar. Busca-se a construção de um espaço democrático para que os envolvidos se tornem sujeitos atuantes através da relação com o outro.

“Em 2002 a escola iniciou a experiência de uma gestão democrática, mais participativa, envolvendo pais, alunos e professores nos conselhos de classe. Esta prática aconteceu até 2005” (PPP da Escola A), quando passou a ser realizada apenas com a presença da equipe pedagógica, professores e representantes de turmas.

Os representantes desta escola, participantes da pesquisa, tinham entre 6 a 38 anos de profissão, nas áreas de Pedagogia, Letras, Artes Plásticas e Ciências Biológicas.

Quanto a formação continuada que contemple o assunto relacionado as substâncias psicoativas, quatro participantes informaram ter participado de vários cursos e congressos, buscando aprofundar o conhecimento a respeito e apenas um professor informou que participou de algumas palestras, mas não aprofundou o assunto, conforme o exposto a seguir: “nunca fiz nenhum curso específico, somente palestras” (T. G., p. 2). “Não, sobre drogas na escola, mas já fiz congressos na área terapêutica em relação a pacientes usuários de drogas” (G. C. T., p. 2).

Uma formação continuada está relacionada ao desenvolvimento profissional do docente, o que permite o aprofundamento das suas concepções e reflexão sobre a sua prática pedagógica. Moura et al (2011) afirma que o investimento no

crescimento profissional e a qualidade no processo de ensino aprendizagem, resultante da formação continuada, não deve trazer melhorias somente para os alunos, mas também para o próprio docente. Segundo os autores, a troca de experiências proporcionada pelos eventos permite uma reflexão coletiva sobre as práticas desenvolvidas, resultando em um amplo conhecimento sobre os assuntos pertinentes e em uma atuação eficaz, diante dos assuntos que envolvem o cotidiano escolar. Para Almeida (2005, p. 3) “discutir os pressupostos da formação do professor é discutir como assegurar um domínio adequado da ciência, da técnica e da arte da profissão docente, ou seja, é tratar da competência profissional”.

A questão da gestão do pedagógico e suas implicações referentes às substâncias psicoativas não parece estar bem compreendida para todos os participantes, uma vez que acreditam que seja uma forma de pensar e dialogar sobre o assunto, visando estruturar técnicas para a prevenção. Isso pode ser observado nas seguintes falas: “a gestão do pedagógico é uma preocupação com todo o trabalho pedagógico da escola; realização de palestras, atividades que venham a orientar os educandos” (I. T. S., p. 2). “Não sei bem o que faz um gestor do pedagógico na escola, mas acredito que deva auxiliar com informações importantes para professores e alunos [...]” (G. C. F., p. 2). “Gestão do pedagógico é a administração do processo de ensino aprendizagem na escola” (T. G., p. 2). Diante dos relatos destes participantes é que se observa que os professores não se consideram gestores de sua prática pedagógica, assim como Ferreira (2008a, p. 177) afirma que “o pedagógico é a dinâmica da escola, da educação, por isso mesmo, é resultante da colaboração de todos, nos diversos espaços e tempos do ambiente e da convivência escolar”. Os professores não se sentem sujeitos quando o assunto é gestão, e por isso, Ferreira (2008a) afirma quanto a necessidade de uma mudança na organização escolar, eliminando a centralidade, o trabalho hierarquizado e o poder decisório delegado a alguns.

Quando se questionou sobre a referência na proposta institucional quanto a questões relacionadas às substâncias psicoativas, as respostas foram bastante diferentes: “não sei dizer se consta na proposta institucional” (G. C. F., p. 2); “existe dentro do trabalho do professor, que trabalha questões sobre saúde, vida, relações sociais” (I. T. S., p. 2); “sim, elas aparecem no trabalho das disciplinas transversais” (L. F. S., p. 2). O diretor por sua vez afirma que “aparecem no plano político

pedagógico da escola” (J. C. M., p. 2). Um dos participantes omitiu a resposta¹. Nesse sentido, percebe-se que a proposta institucional, embora esteja disponível, não é amplamente conhecida pela equipe escolar. Num exercício de gestão participativa, a proposta pedagógica é planejada, construída e executada por todos dentro da escola e o que implica nesta idéia de participação é o trabalho coletivo de análise e decisões sobre as ações. “Desse trabalho compartilhado, orientado por uma vontade coletiva, cria-se um processo de construção de uma escola competente compromissada com a sociedade” (LÜCK, 2000, p. 27).

O tema relacionado às substâncias psicoativas é visto na escola, segundo os participantes, como um problema social, que precisa de atenção, o qual deve ser abordado com ênfase, de forma a não omitir fatos. Um dos professores afirmou nunca ter ouvido falar neste assunto na escola. Diante disso, as perspectivas diferem entre os participantes: dois professores acreditam que é necessário orientar sempre os alunos para evitar tais situações, o diretor acredita em boas perspectivas, uma vez que a escola estaria fazendo a sua parte. A coordenação afirma não ter boas perspectivas, pois acredita ter suas ações limitadas pela própria sociedade.

Em relação ao que é planejado na escola para motivar os alunos a não fazer uso de drogas, o diretor posiciona-se afirmando que, “são planejadas várias abordagens sobre o assunto dentro da sala de aula e a escola traz pessoas da comunidade para ajudar no trabalho escolar” (J. C. M., p. 3). A coordenação afirma que a escola busca envolver todos os alunos em atividades que lhes causem realização pessoal. A mesma questão é respondida pelos professores da seguinte forma: “eu trabalho na minha disciplina a conscientização dos malefícios que essas substâncias causam, mas não posso falar da escola no geral” (G. C. F., p. 3). Outro professor afirma que são planejados “seminários, leituras e conversas” (L. F. S., p. 3). Diante disso, os professores, em suas aulas, planejam e executam atividades que possam informar os jovens quanto aos problemas que envolvem o uso de drogas. Entretanto, os professores desconhecem haver uma discussão a nível escolar, que envolva toda a escola e todos os segmentos em atividades relacionadas ao assunto. Neste sentido alguns fatores precisam ser considerados, como o fato de uma gestão mais participativa, que envolva todos nos processos decisórios e na prática de atividades e uma formação continuada que permita o

¹ Um dos professores desta escola não respondeu 80% das questões pertinentes à atuação profissional. Informou não saber responder as questões por estar atuando há pouco tempo na escola.

aperfeiçoamento das concepções dos gestores/professores, refletindo em uma atuação mais dinâmica sobre um assunto, que ainda é pouco conhecido por alguns. E, neste sentido, Almeida (2005, p. 4), considera que “requer a mobilização dos saberes teóricos e práticos capazes de propiciar o desenvolvimento (...) num processo contínuo”.

Além disso, a forma como o assunto é abordado no meio escolar influencia nos resultados e, conforme Almeida (2000), as abordagens não podem ser tomadas de forma isolada ou excludente, pois pensamentos fragmentados “deixam transparecer muito mais os limites do que as possibilidades” (ALMEIDA, 2000, p. 90).

Quando lhes foi questionado sobre como professores/gestores atuam diante do assunto, o diretor afirmou que “atuam de forma integrada, todos participam da formação dos alunos” (J. C. M., p. 3). Já a coordenação afirma que o trabalho envolve “diálogo aberto e franco sobre os prejuízos que podem ocorrer para a vida” (I. T. S., p. 3). Um professor relata que a atuação se resume em “incentivo aos projetos” (L. F. S., p. 3), enquanto que outro afirma: “nunca vejo falarem do assunto” (G. C. F., p. 3). A atuação de gestores/professores mostra-se fragmentada, onde o professor é responsável por executar atividades relacionadas às questões sociais durante as suas aulas e, à equipe diretiva, cabe apenas apoiar os projetos e ações desenvolvidas pelos professores. Evidencia-se que não há uma “visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social”, assim como não se observa, com base nos relatos, “o desenvolvimento de um processo de comunicação aberta, ética e transparente” das ações escolares, defendida por Lück (2005, p. 27). Essa afirmação é reforçada quando se analisa que na condução das respostas, professores/gestores são vistas como funções diferentes, assumidas por pessoas diferentes. Embora pertencentes a uma mesma instituição, o ambiente participativo parece que ainda não está bem estabelecido.

Os participantes afirmam que quando se trabalha sobre o assunto, os alunos participam, se interessam e mostram gostar das atividades. E quanto aos resultados, o diretor afirma que “os alunos têm colocado em prática as orientações dadas pelos professores” (J. C. M., p. 3). A coordenação acredita que os resultados têm sido positivos, considerando “as limitações e condições da escola” (I. T. S., p. 3). Quanto aos relatos dos professores sobre os resultados das atividades desenvolvidas: “isso

é mais difícil de mensurar” (L. F. S., p. 3). “Não sei dizer” (G. C. F., p. 03), é o que afirma outra professora.

Nesse contexto é importante considerar que embora toda e qualquer atividade planejada e executada no âmbito escolar tenha como objetivo promover a participação dos alunos e, quando o tema envolve problemas sociais, objetiva-se também que as orientações dadas sejam absorvidas e aplicadas pelos alunos no seu cotidiano. Entretanto, em primeira instância a linguagem dos jovens difere da linguagem dos adultos, gerando dificuldades na comunicação e, conseqüentemente diferentes formas de aceitação e aplicação por parte dos alunos. Conforme Pessanha (2001), a sintonia no diálogo é imprescindível para que se tenha acesso aos jovens e, é principalmente fundamental que esteja fundamentada com afetividade, que é algo que o jovem busca incessantemente.

Vasconcelos et al (2005) defende que para que o diálogo entre alunos e professores tenha resultados satisfatórios, é preciso que haja respeito entre ambos, o que refletirá em um bom relacionamento, gerando, assim, um ambiente de confiança. “Caberia ao professor favorecer a aquisição do saber a partir do diálogo, pois é através deste que os sujeitos se encontram no verdadeiro momento de aprendizagem, diluindo-se as hierarquias” (VASCONCELOS et al, 2005, p. 2).

A escola é, por sua vez, um local de interações sociais entre os próprios jovens e entre eles e os adultos, onde são considerados, além dos conteúdos, os valores, afetos e conhecimentos. Em função disso, Abramovay; Castro (2005) estão a favor da escola como um local onde os programas preventivos devem ocorrer. Entretanto, afirmam que há um obstáculo constituído por “preconceitos e estereótipos em relação à juventude e aos consumidores de drogas” por parte dos professores e demais integrantes do ambiente escolar (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005, p. 118). Este preconceito acaba por dificultar ainda mais o diálogo entre adultos e jovens, minimizando as possibilidades de resultados positivos diante a presença de substâncias psicoativas na escola.

Por outro lado, mesmo que seja considerado questões relacionadas ao diálogo e a presença ou não de preconceitos, nenhuma atividade deverá ser executada sem uma avaliação. Esta avaliação se destina tanto a atuação dos professores/gestores na elaboração e execução das atividades, quanto no retorno e resultados verificados em relação aos alunos.

O processo de avaliação é um mecanismo de controle, que permite a correção e melhora nas atividades desempenhadas, viabilizando uma maior relação entre teoria e prática. No processo de avaliação é importante considerar tanto o aluno, sua aprendizagem, bem como os métodos para tal, mas também é imprescindível avaliação do educador enquanto a sua própria práxis. “Uma avaliação formativa, por sua vez, tem como princípio ajudar o aluno a aprender e a se desenvolver, a participar da regulação das aprendizagens, assim, permite a regulação do processo de aprendizagem” (PERRENOUD, 1999, p. 103).

Em relação ao trabalho em sala de aula que envolva assuntos relacionados às substâncias psicoativas, este é visto com gosto pelos professores, pois é o gerador de debates. A coordenação e direção acreditam que se trabalha de forma a mostrar e informar aos alunos os prejuízos decorrentes do uso destas substâncias.

Quando foi questionado quanto ao que cada um acreditava ser importante para minimizar problemas que envolvam as drogas, o diretor afirmou que “o importante é agir de forma integrada, a escola junto com a família” (J. C. M., p. 4). A coordenação afirma que é importante “dar o apoio necessário ao aluno, diálogo, amor, compreensão, boa relação com a família para que ele se fortaleça na sociedade” (I. T. S., p. 4). Já os professores acreditam que é importante discutir cada vez mais o assunto em sala de aula.

Entre as ações realizadas neste espaço institucional, um dos professores, que trabalha na da área de Letras, informou a respeito de um trabalho realizado por ele na escola, o qual teve uma repercussão muito satisfatória. Segundo relatos do professor L. F. S., ele realizou atividades debates com as suas turmas utilizando como bibliografia o livro de Ana Paula Nonnenmacher “Os meninos do Crack”. A autora do livro foi levada para a escola, e apenas as turmas deste professor foram contempladas. De início, a coordenação e direção acreditavam que esta não seria uma boa forma de trabalhar o assunto, visto que o livro traz a linguagem e as experiências das ruas, daqueles que são usuários do crack. Após muito diálogo o professor convenceu a equipe diretiva quanto a importância de não esconder os fatos, e que mostrar a realidade pode gerar resultados mais positivos. Assim, conforme o relato do professor, os alunos participaram, questionaram, demonstrando gosto pela atividade, que promoveu o esclarecimento de muitas dúvidas.

Percebe-se que a iniciativa deste professor foi alvo de preconceito por parte da equipe diretiva da escola, pois a proposta envolvia um debate sobre a cruel

realidade de diversas pessoas, de diferentes idades e classes sociais, que se envolveram com o crack. O livro aborda histórias verídicas, envolvendo desabafos e depoimentos de personagens que sofrem com o preconceito, que se desesperam pela ausência da droga, que cometem atos ilegais e até sub-humanos para conseguir a droga. Todas são histórias fortes e surpreendentes, que levam a uma reflexão sobre as indagações da vida (NONNENMACHER, 2009).

Muitos dos personagens presentes no livro começaram a usar drogas como uma forma de fugir da sua realidade marcada pela exclusão, falta de estrutura familiar, falta de apoio e compreensão durante as fases de desenvolvimento que permeiam a infância e adolescência. Além disso, a maioria dos personagens abandonou a escola ainda no ensino fundamental (NONNENMACHER, 2009).

Nesse sentido, o receio da direção e coordenação em permitir a realização da atividade levou a um diálogo entre estes e o professor que a planejou. Este diálogo foi importante, pois permitiu o exercício de tomada de decisões de forma democrática, embora nem todos os segmentos escolares estiveram presentes neste momento. A certeza na importância da atividade, por parte do professor, resultou em uma defesa árdua de sua proposta e na possibilidade de levar aos alunos uma atividade com informações diferentes daquelas já trabalhadas por outros professores e daquelas veiculadas a mídia e demais projetos sociais.

Almeida (2000) considera que é relevante analisar quando e como se deve fazer intervenções a respeito das drogas. E, neste sentido, afirma que “a informação mal orientada pode despertar o fascínio pelas drogas” (ALMEIDA, 2000, p. 84). A autora traz uma análise quanto a abordagem sobre o assunto, o qual deve ser diferente e adequada a cada tipo de público alvo e, além disso, enfatizando os aspectos negativos do uso, sem omissões. Relatos de jovens dependentes químicos sobre a abordagem e as informações remetem quanto a necessidade de mostrar a realidade, não se limitando apenas as informações básicas que, segundo eles, pode ser incentivadora (ALMEIDA, 2000).

Dessa forma, a atividade realizada pelo professor, por ser mais surpreendente e realista do que aquelas já executadas tiveram, segundo o professor, uma boa aceitação pelos alunos. Entretanto, poucas turmas foram contempladas e, neste caso, poderia ser pertinente expandir a atividade para todos aos alunos da escola, considerando que após, fosse realizada uma avaliação e acompanhamento dos

alunos, principalmente daqueles incluídos como vulneráveis ou usuários destas substâncias.

Considerando os fatores acima, percebe-se que em alguns aspectos existem três linguagens na escola: a da proposta pedagógica, a da equipe diretiva e a dos professores. Conseqüentemente, embora a escola tenha tentado propor experiências buscando uma gestão mais participativa, a mesma foi descartada, causando lacunas na organização dos propósitos, no planejamento e execução de atividades.

Assim, questiona-se: quem está falhando? A coordenação e direção que não estão trazendo pais, alunos professores para as abordagens pertinentes ao processo de ensino aprendizagem, ou os professores que não estão ocupando o seu espaço de professor e gestor do processo educacional, que não estão buscando conhecer os propósitos da escola?

Nesse sentido, Ferreira (2008a, p. 103) firma que “toda a escola, por mais assistemáticas que sejam as relações em seu ambiente, produz a gestão do pedagógico, mesmo que o processo de gestão da escola em suas intencionalidades não esteja claro, ou mesmo, não seja de caráter democratizante”. Por mais que seja complexo, a escola precisa se apoiar em uma gestão democratizante, pois é necessária uma participação efetiva de todos no processo educativo. Caso contrário, as atividades são planejadas e executadas por alguns e, ainda, nem tudo que é planejado é do conhecimento da totalidade dos envolvidos com a escola.

Quando o assunto está voltado às substâncias psicoativas em idade escolar, o trabalho é gerador de conflitos e isso demanda conhecimento aprofundado sobre o assunto. Desta forma, não há como trabalhar de forma individual. Assim como afirma Almeida (2000), não se trata de uma tarefa fácil para a escola, mas sim de algo necessário, pois com propostas planejadas e executadas corretamente, a escola poderá ter uma atuação significativa na prevenção do abuso de drogas, contemplando diversos fatores, integrando diferentes áreas do conhecimento, envolvendo toda a comunidade escolar neste processo.

Quanto a escola B, localizada na região da periferia do município, esta conta atualmente com 66 professores, 17 funcionários e 1359 alunos matriculados nas séries desde a Pré-escola, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.

Para atender aos alunos, professores, funcionários e desenvolver as atividades previstas, a escola conta com 17 salas de aula, além de salas específicas para funcionamento da Secretaria, SOE, SOP, Direção, Vice-Direção, Biblioteca, Sala dos Professores, Mecanografia, Audiovisual, Salão de Atos, Sala de Vídeo, Cozinha, Refeitório, Gabinete Dentário, Laboratório de Informática e de Ciências. Este último ainda está em fase de implantação. O espaço físico da escola conta com duas quadras, sendo uma de voleibol e a outra que é utilizada tanto para voleibol, quanto para futebol e basquete. A escola oferece oficinas de dança, leitura, cursos de violão, coral e internada artística. Além disso, vários projetos estão listados na proposta pedagógica da escola, como: Reforço Pedagógico, Festival de Talentos, Psicomotricidade, Mostra Cultural, Ética, Cidadania e Trabalho, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Projeto pela Vida. Entretanto, somente alguns destes ainda são desenvolvidos pela escola, como Mostra Cultural, Festival de Talentos e Psicomotricidade. Quanto aos demais, não estão sendo realizados por falta de recursos humanos para assumí-los.

A falta de recursos humanos é uma questão preocupante no âmbito escolar, pois, no caso acima, a escola contava com uma proposta contemplando diversos projetos de extrema importância para o desenvolvimento dos alunos. Entretanto, a não realização de tais atividades pode ser um fator agravante quando o assunto está relacionado à realização pessoal, satisfação, autoconfiança dos alunos e uso de drogas em idade escolar.

Por outro lado, os motivos que levam a escassez de profissionais habilitados nas escolas públicas são vários e, entre eles, está a baixa remuneração e excesso de carga horária que contribui, entre outros fatores, para a vulnerabilidade da saúde dos docentes, diminuindo o número de profissionais em condições adequadas de trabalho. Como consequência está a fragilidade na qualidade da educação.

Justino (2007) considera ainda o fato de que o trabalho nas escolas é desenvolvido com dificuldades, pois também há escassez de recursos materiais e físicos, que limitam muitas atividades. Em muitos casos, conforme afirma o autor, além do quadro de professores ser incompleto, faltam profissionais que possam substituir aquele que necessita se ausentar para realizar um curso de formação. Nesse sentido, as políticas públicas poderiam promover uma atenção maior e investimentos mais adequados para esta demanda educacional, visando contribuir para a qualidade da educação pública.

Considerando o projeto político pedagógico da escola, este aponta referências sobre um embasamento em valores democráticos na prática educativa. Entretanto, a elaboração do projeto, que ocorreu em 2007, não foi realizada coletivamente, conforme relatos dos professores, sendo uma atividade burocrática e de gabinete delegada à coordenação pedagógica e reconhecida pelos professores como um documento obrigatório exigido pela Secretaria de Educação do Estado, para que a LDB seja cumprida. Posteriormente, as decisões foram socializadas com os demais professores e comunidade escolar. Entretanto, a atual gestão está reelaborando a proposta pedagógica da escola com o auxílio dos professores.

O Projeto Político Pedagógico (PPP ou PP) é o nome dado ao projeto realizado no âmbito escolar, que tem como função planejar, organizar as ações escolares, além de também, permitir reflexões por parte dos gestores escolares, acerca das questões que o envolvem. Este planejamento escolar visa, sobre tudo, uma organização que proporcione o sucesso e a qualidade do ensino e da própria escola. Para Levinski (2000, p.122) “a construção do PPP que se pretende inscrever-se a partir da identidade histórico cultural dos envolvidos, necessariamente precisa ser participativo”.

Para tal, é necessário que se busque a descentralização das decisões, onde a equipe diretiva é responsável por planejar, avaliar e gerenciar as ações da escola. Assim, Souza (2005, p.15) afirma que gestão democrática é um “processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola”. Os envolvidos em tal processo incluem os professores, funcionários, pais e alunos, além da equipe diretiva. Gadotti (1994, p. 577) considera que “em uma gestão democrática a comunidade escolar atua como dirigente e gestora, ao invés de apenas executar ações educacionais”.

Vasconcellos (2004, p. 15) defende, também, “o projeto político-pedagógico (...) como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re) construído e utilizado por aqueles que desejam afetivamente a mudança”.

Entretanto, a construção do PPP requer muito mais do que conhecimentos a respeito de políticas educacionais, requer seriedade, comprometimento e participação dos envolvidos, pois estes precisam cumprir as metas e ações propostas anteriormente na elaboração do projeto.

A Proposta Pedagógica reforça sua intenção em incentivar para a formação de um aluno crítico agente transformador da sociedade, despertando nele o interesse pela análise da realidade que o cerca. Enfatiza, também, a presença de um trabalho interdisciplinar, com integração horizontal e vertical do currículo, considerando os temas transversais como suporte das atividades educativas. Assim como na escola A, questões relacionadas às substâncias psicoativas não são alvo de projetos de monitoramento ou prevenção. Mas, os projetos que a escola mantém são listados como ferramentas e recursos para ampliar o gosto pela busca do conhecimento, e pela própria escola, por parte dos alunos. A escola busca investir, dentro das suas possibilidades, para atender as expectativas da comunidade contribuindo para a formação das competências humanas e técnicas necessárias a cidadania.

A escola B é vista pelos seus professores/gestores como tendo um papel importante na formação para a cidadania e democracia, pois considera a necessidade de criar condições para que o aluno compreenda criticamente a realidade vivida. Embora, o PPP transmita esta idéia, a falta de planejamento coletivo pode gerar idéias distintas entre os profissionais, quanto ao papel da escola na sociedade. Neste sentido, é importante destacar que a escola tem função social e é mediadora do conhecimento necessário à comunidade. Assim, a proposta de atividades com espaço físico adequado ao desenvolvimento destas, além de disponibilidade de recursos materiais e humanos para tal, conseqüentemente promoverá atuação do aluno dentro da própria escola, a fim de que possa reproduzir esta experiência de maneira mais complexa durante sua vida, tendo condições de agir sobre a sociedade, transformando-a para melhor.

Quanto aos participantes da pesquisa, representantes desta escola, estes têm entre 5 a 25 anos de profissão e pertencem as áreas de Ciências e História.

Todos relataram manter as atualizações possíveis quando o assunto envolve as substâncias psicoativas. “Sempre que é fornecido essas formações eu participo” (A. C. M., p. 2). “Fiz curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas e prevenção ao uso indevido de drogas, etc” (D. B., p. 2). “Sim, prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas – UNB – MEC” (J. C. L., p. 2).

A importância em manter as atualizações diante deste assunto mostra-se como pertinente aos participantes. Entretanto, a falta de disponibilidade de outros

cursos e a falta de recursos financeiros limita o aperfeiçoamento, conforme relatos. E, em vista disso, acabam cursando, com maior frequência, aqueles disponibilizados pelas políticas e projetos sociais veiculados ao ministério de educação, prefeituras e secretarias de educação. Entretanto, nem todos os professores buscam enriquecer os conhecimentos sobre esta temática e, com frequência, a procura se dá pelos professores que abordam o assunto em suas disciplinas.

Quando a questão envolveu a gestão do pedagógico, as respostas referentes a direção e coordenação afirmaram que trata-se de “gerenciar a equipe de educadores, que devem pensar em conjunto e propor ações para enfrentar o problema” (G. M. V., p. 2; N. A., p. 2). Os demais participantes afirmaram: “Faltam projetos contínuos e efetivos, o tema é abordado isoladamente e não é interdisciplinar, geralmente são as disciplinas de ciências/biologia que abordam esse assunto, porém é preciso o envolvimento de todos para que ocorram as mudanças” (A. C. M., p. 2). “Gestão é administrar, no caso, o pedagógico, é como deve ser orientadas todas as atividades na escola. Saber como trabalhar como o assunto de maneira que os alunos conheçam para se prevenirem, não adotando a droga” (J. C. L., p. 2). “O administrativo e o corpo docente da escola, ambos têm que estar integrados, de forma que as informações circulem facilmente, com o acesso necessário (...)” (D. B., p. 2).

Embora os participantes tenham a noção de que a gestão do pedagógico envolve um trabalho interdisciplinar e coletivo, os professores não parecem estar se incluindo como sujeitos em primeira instância desta atividade. Assim como na escola A, os professores sentem a necessidade de um trabalho coletivo, que promova mais eficácia nos objetivos. Considerando esta situação, a autora caracteriza a escola como:

[...] um espaço-tempo de participação e interações, os professores como trabalhadores da educação, a gestão do pedagógico como uma prática coletiva, cujo objetivo, em primeiro lugar, é organizar os esforços para a produção do conhecimento de estudantes e professores, no evento denominado aula, um espaço-tempo para a produção do conhecimento. (FERREIRA, 2008b, p. 101)

Os participantes mostraram conhecer a proposta pedagógica da escola, pois afirmaram que não contempla uma proposta referente às substâncias psicoativas, entretanto, justificaram que ela está sendo reelaborada, e que este será um assunto

que será incluído: “Não ainda, nós estamos em estudo para que deva ser acrescentado e trabalhado de forma adequada à nossa realidade” (J. C. L., p. 2).

Considerando que os participantes citaram que a proposta não contempla o assunto, mas está sendo discutida e reelaborada para que contemple, ente outros assuntos, as substâncias psicoativas em idade escolar, observa-se que a escola está buscando tomar iniciativas, planejar e realizar atividades de forma mais participativa. Mesmo que inicialmente a reelaboração do PPP esteja sendo realizada com a equipe diretiva e os professores, que não participaram do anterior, a iniciativa é promissora. Entretanto, conforme já salientado por Gadotti (1994) a comunidade escolar também deve atuar como dirigente e gestora do processo educacional, ao invés de apenas executar ações deliberadas pela equipe diretiva.

Segundo a direção e coordenação, as drogas são vistas como um problema que necessita de atenção, tendo em vista que interfere no processo de ensino-aprendizagem na escola. Os professores afirmam que “o índice extra-oficial é que há consumo e tráfico por familiares de alunos, ditos por eles em algumas aulas, com a maior naturalidade” (J. C. L., p. 2). “Preocupante, porém acredito que essa realidade de drogadição não está muito evidente no turno da manhã, porém à noite é outra situação” (A. C. M., p. 2). “Medo! A grande maioria tem pouco conhecimento sobre o assunto. Esta temática não é uma questão apenas da escola, portanto, os dirigentes escolares podem e devem buscar parcerias com outros órgãos competentes” (D. B., p. 2).

De acordo com os relatos dos participantes, há na escola uma preocupação com as drogas. Esta preocupação esta gerando medo, receio e desconforto, por parte de alguns, seja por conta da presença das drogas, que podem gerar situações de violência, seja por sentirem a necessidade de parcerias para atender as demandas que envolvem a sociedade.

Em função disso as perspectivas da escola estão voltadas para a necessidade de capacitação para o corpo docente, implementação de projetos que estão em fase de construção e auxílio por parte da família e de políticas públicas municipais, pois conforme os participantes afirmaram, a escola sozinha não poderá resolver o problema. Ainda, os professores relatam que “é complicado, porque a grande maioria dos professores não tem conhecimento sobre o assunto e são poucos cursos para preparar o professor para lidar com estas situações” (D. B., p. 3).

Nesse sentido, percebe-se que há entre os docentes certa insegurança, quando o assunto envolve as drogas e, neste sentido, a falta de aperfeiçoamento acaba sendo um fator agravante desta situação.

A formação continuada do professor vem a ser mais um suporte para que o docente consiga trabalhar e exercer a sua função diante da sociedade [...]. Esse tema é relevante na medida em que a escola passou de colaboradora para a responsável em muitos casos pela preparação do indivíduo para o cotidiano. (MILEO; KOGUT, 2009, p. 4944)

Assim, é importante identificar e analisar os principais motivos para que a formação contínua ocorra, considerando também os reflexos e as diferenças geradas pelo aperfeiçoamento dos docentes perante a atuação no processo educacional.

Atualmente a escola desenvolve palestras, debates, orientação e atividades teatrais com os alunos, envolvendo a temática. Entretanto, as ações são executadas por alguns professores apenas e de forma cautelosa e lenta, uma vez que, conforme o relato de uma professora, “[...] apesar de ser um velho problema, a compreensão pelos professores ainda é lenta e qualquer deslize na realização pode causar efeito contrário” (J. C. L., p. 3). Nesse caso, o grupo de professores que desenvolve tais atividades é pequeno e é justificado pela falta de conhecimento aprofundado por parte dos demais: “um grupo de quatro a cinco professores se envolvem. Muitos não gostam de se envolver por falta de conhecimento sobre o assunto” (D. B., p. 3). Uma professora afirmou que “a escola oferece eventualmente apresentações artísticas e o teatro começou a ser realizado em 2010 (conseguimos até prêmio). Faço teatro porque a cultura deve ser parte do currículo” (A. C. M., p. 3).

Diante disso, percebe-se que a atuação em prol desta problemática é uma tarefa que se destina aos professores durante as suas aulas, mas não há uma atuação conjunta envolvendo todos os professores/gestores da escola. Embora a professora tenha feito um relato sobre atividades teatrais realizadas pela escola, ela concluiu sua fala dizendo que ela trabalha com teatro, devido a sua importância cultural. Esta fala reafirma aquilo já comentado em outras falas, argumentando que o trabalho na escola envolvendo as substâncias psicoativas é “realizado pelos professores, em suas aulas” (N. A., p. 3; G. M. V., p. 3).

Assim como na escola A, além da insegurança em relação ao assunto, por falta de aperfeiçoamento, o não envolvimento de todos os segmentos escolares nos

planejamentos e execuções de ações está levando a realização de atividades isoladas, por parte daqueles que se sentem mais aptos ou que acreditam na importância do tema. E, neste sentido os fatores que precisariam ser considerados, também são iguais aos da escola A: o exercício de uma gestão mais participativa, envolvendo além da equipe diretiva, os professores, alunos, pais, funcionários nos processos decisórios e na prática de atividades. Esta prática parece já ter início na escola, uma vez que, conforme comentado anteriormente, o PPP está sendo reelaborado e, desta vez os professores estão participando desta atividade.

Para que as práticas democráticas possam fazer parte do cotidiano escolar, conseqüentemente no significado do PPP como processo coletivo constante e em longo prazo, Gadotti (1994) afirma que a realização de uma gestão democrática demanda o aprendizado de atitudes democráticas e métodos utilizados para a sua concretização. Entretanto, é importante considerar que há muitas limitações e obstáculos, pois a experiência efetiva em métodos participativos e democráticos ainda é pequena, pois comumente as mudanças no fazer pedagógico são atribuídas somente a equipe técnica.

Outro aspecto importante está para os investimentos em uma formação continuada que possibilite o aprimoramento das concepções e conhecimentos, que resultará em uma prática mais atuante.

A direção e coordenação da escola acreditam que os alunos se envolvem, participam e gostam das atividades. Entretanto, os professores afirmam que nem sempre é tão fácil trabalhar com esta temática, pois muitos alunos não participam, demonstram já saber tudo a respeito, e alguns ainda continuam sendo vítimas das drogas. Um professor afirma que ainda há alunos que demonstram curiosidade sobre o assunto “[...] percebemos que as ações devem ser mais direcionadas aos aspectos de auto-estima, de auto-controle, humildade [...], a orientação educacional em parceria com a família é fundamental” (D. B., p. 3).

A situação encontrada nesta escola, em relação às reações por parte dos alunos, é semelhante àquela encontrada na escola A, onde as informações são absorvidas e utilizadas de formas distintas entre os adolescentes. Isso ocorre devido às especificidades de cada indivíduo que, durante o seu desenvolvimento, vai construindo a sua personalidade, identidade, a qual lhe configura como única e diferente dos outros. Essa diferença entre os indivíduos é que torna a prática educativa complexa, pois além de se considerar o aluno, suas emoções, o contexto

ao qual se insere, as suas especificidades devem ser percebidas dentro do contexto escolar. Dessa forma, se expõe a complexidade do processo educacional em alcançar os objetivos propostos, principalmente quando se refere a programas e atividades que busquem distanciar os jovens das drogas.

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência, [uma vez que] existem certos fenômenos que não ocorrem dentro do corpo, e sim nas relações com os outros. (MATURANA, 2002, p. 27-28)

É relevante uma percepção, reflexão e compreensão acerca da realização de ações eficazes, relacionadas a proteção e prevenção dos jovens em relação as substâncias psicoativas, considerando o desenvolvimento do aluno e as interações existentes no ambiente escolar. Conseqüentemente, possibilitará aos gestores/professores transformações nas relações com os alunos e o conhecimento de novas perspectivas teóricas que, unidas à prática, viabilizam a atuação significativa em uma proposta pedagógica que visa formar indivíduos autônomos, capazes de articular suas emoções e conhecimentos, considerar e reconhecer os interesses e sentimentos de outros para resolver de maneira inteligente, problemas interpessoais e sociais, que enfrentará ao longo de sua vida.

Quando se questionou quanto aos resultados das atividades desenvolvidas, todos afirmaram positivamente, entretanto, a equipe diretiva afirma que atualmente o problema não é acentuado na escola. Este fato contraria o que alguns professores afirmaram inicialmente, e percebe-se que muitos fatos não estão sendo observados por alguns professores/gestores.

Em relação a como é o trabalho em sala de aula sobre o assunto, um professor afirma que “na área de ciências são abordados aspectos sociais e culturais tais como historicidade, vínculos entre economia, violência [...] a relação entre liberdade de escolha e o bem estar coletivo, questões éticas, conceitos psicológicos” (D. B., p. 3). “Muitas vezes o assunto surge de uma notícia no jornal, TV, e então é discutido com o grupo de alunos” (A. C. M., p. 3). Cada professor procura abordar o assunto da forma que lhe parece mais conveniente, partindo daquilo que está no cotidiano dos alunos e da sociedade no geral.

Quando abordado quanto ao que acreditam ser importante realizar para minimizar o problema, representantes da direção e coordenação acreditam que é importante

[...] continuar investindo na prevenção com orientação e esclarecimento aos alunos. Também seria importante oferecer aos alunos atividades que ajudassem a melhorar a auto-estima ou mantê-los envolvidos com oficinas como, violão, teatro, jogos, esportes, etc. (N. A., p. 4)

Já os professores, acreditam na importância de “um projeto pedagógico eficiente, bem elaborado, para atingir a realidade local (do bairro e da cidade)” (D. B., p. 4). “Um projeto de prevenção permanente envolvendo todos os elementos que compõe a comunidade escolar. O curso que fizemos sugere este projeto e estamos nos unindo com outros professores para colocar em prática, tão logo fique pronto” (J. C. L., p. 4). “Ter pessoas especializadas e comprometidas com o tema, que seja oferecido tempo para planejar e por em prática os diversos projetos” (A. C. M., p. 4).

É notório o quanto o assunto é complexo e gera certo receio, embora seja visto como algo que cerca a realidade das escolas. Entretanto, o trabalho ainda é muito individualizado nas escolas, pois se observa que a equipe diretiva percebe fatos diferentes dos professores, e neste sentido, os próprios professores não se sentem gestores. Como consequência, embora a vontade seja de buscar melhorias, as atividades são propostas apenas por alguns, não havendo um trabalho conjunto. Neste caso, iniciar uma prática de gestão democrática poderia proporcionar resultados mais eficazes, pois conforme Gadotti e Romão (1997) as decisões no âmbito escolar devem ser tomadas coletivamente, uma vez que decisões que são tomadas de maneira individual são mais difíceis de serem implementadas na prática.

Nesse sentido, a participação da comunidade na gestão escolar é importante uma vez que tem por objetivo garantir a legitimidade e adequação das políticas adotadas as condições e carências existentes no local onde a escola se insere (COSTA; MAIA; MANDEL, 1997). Na medida em que a escola abre espaço para auxílio às tensões e conflitos existentes na comunidade escolar, também abre espaço para que a comunidade atue em conjunto com a escola de maneira mediadora na solução de tais conflitos (GADOTTI; ROMÃO, 1997). De acordo com as considerações de Gadotti e Romão (1997, p. 66): “para que o aluno se torne

sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, projeto esse inserido no projeto de vida do próprio aluno”.

Embora não se seja de uma tarefa fácil, não se trata de uma reforma no âmbito escolar, mas de uma verdadeira transformação estrutural no modo de pensar, planejar, implementar e gerir a educação básica.

Em ambas as escolas são planejadas e executadas atividades e projetos que de forma indireta e explícita visam contribuir para minimizar problemas sociais que possam estar presentes na escola como o bullying, demais formas de violência, e drogas. Entretanto, percebe-se que não são realizadas discussões e planejamentos coletivos de atividades com objetivos diretos relacionados a estas questões, haja vista que alguns professores relataram nunca ter ouvido falar sobre substâncias psicoativas na escola ao mesmo tempo em que a equipe diretiva afirma que o assunto é abordado. Percebe-se que há ainda, muitas informações contrárias entre professores e equipe diretiva.

Ao final, como as ações não estão sendo planejadas coletivamente, o professor é que tem sido o responsável por planejar e executar sozinho atividades que ele acha importante. Muitas vezes estas atividades não são totalmente conhecidas pela coordenação, direção e demais professores. Este fato torna o trabalho do professor mais árduo, embora tenha obtido resultados positivos. Estes resultados poderiam ser ainda mais significativos se houvesse maior participação de todos os segmentos escolares. Neste sentido, a gestão participativa e a gestão do pedagógico parece ser algo distante, uma vez que o próprio significado lhes parece um tanto confuso.

Diante disso, é importante considerar que o processo de descentralização fortalece a escola através da atribuição de novas e maiores responsabilidades em relação à vida funcional de seu quadro de pessoal, à manutenção de sua estrutura física, à seleção de diretor e a condução pedagógica em geral do ensino desenvolvido (COSTA; MAIA; MANDEL, 1997).

Entretanto, de acordo com Gadotti e Romão (1997), ainda encontra-se dirigentes escolares que afirmam ser difícil administrar sozinho a escola, pois, muitas vezes, nem os professores auxiliam nos processos administrativos, desconhecendo assim da organização, estrutura e funcionamento da escola. Os autores afirmam que o modelo de gestão em algumas instituições baseia-se numa administração

autocrática e hierarquizada implantada por um sistema que não admite ou dificulta a participação de outros.

Sendo assim, os relatos dos gestores/professores das escolas revelam não só a preocupação com a melhoria da qualidade da educação, mas as ações desenvolvidas pela escola em busca de progresso. As escolas utilizam os recursos disponíveis, mas, ainda sentem necessidade de mais atuação por parte da comunidade escolar e até mesmo das políticas públicas. Nestes contextos escolares observa-se que existe motivação e desempenho de uma gestão escolar em prol de uma educação de qualidade ascendente, entretanto, esta motivação parece não se estender a todos professores/gestores das escolas envolvidas nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a preocupação com o uso de substâncias psicoativas é algo que atinge toda a sociedade e que o abuso destas substâncias em idade escolar provoca conseqüências a saúde e a qualidade de vida do jovem, este trabalho buscou conhecer as ações que a escola planeja e/ou desenvolve, com vistas a minimizar e evitar este problema. Nesse contexto, a atuação dos gestores escolares e a gestão do pedagógico foram abordados constantemente.

Os dados obtidos permitiram conhecer parcialmente a realidade de cada escola, as idéias dos professores/gestores, as atividades que são realizadas por eles, o conhecimento de cada participante quando o assunto se relacionou à gestão e ao exercício de deliberações democráticas.

Verificou-se como as atividades estão contidas no PPP da escola e, conseqüentemente, na gestão do pedagógico, analisando a repercussão das ações desenvolvidas na escola, com vistas a instigar nos professores/gestores à importância de um trabalho coletivo, que possa proteger a comunidade escolar das drogas. Verificou-se que este pensamento já existe por parte de alguns participantes, que, ao mesmo tempo, sentem a necessidade de parcerias, dentro e fora da escola, além das capacitações que lhes possam conferir maior segurança para abordar o assunto em questão.

Embora nas escolas sejam realizadas reuniões pedagógicas, conselhos de classe e reuniões com o conselho escolar, o modelo predominante de gestão ainda centraliza as decisões na equipe diretiva, o trabalho de equipe entre os professores não acontece e ao professor cabe apenas as atividades realizadas no espaço de sala de aula. Ainda, a relação entre professores e alunos é formal e estabelecida por regras disciplinares.

Nesta perspectiva, é possível constatar que a proposta da escola segue um modelo tradicional quanto ao ensino, gestão escolar e estrutura organizacional, pois atribui diferentes funções para cada setor da escola, e ao professor cabe a tarefa de planejar, ministrar as aulas e avaliar o desempenho do aluno. Logo, o exclui como agente significativo na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da escola.

O modelo de gestão nestas escolas, onde realizou-se o estudo, mostrou estar baseado em uma administração autocrática e hierarquizada implantada por um sistema que não admite ou dificulta a participação de todos os segmentos escolares, conforme cita Gadotti; Romão (1997). Isso se configura então em um modelo tido como tradicional, que requer um processo de descentralização, o qual possa fortalecer a escola através da atribuição de novas e maiores responsabilidades em relação à vida funcional de seu quadro de pessoal, à manutenção de sua estrutura física, à seleção de diretor e a condução pedagógica em geral do ensino desenvolvido (COSTA; MAIA; MANDEL, 1997).

A mudança no modelo tradicional implica em aceitar, compreender e atuar na realidade da escola, uma vez que impõe a autonomia e um novo padrão de política, planejamento e gestão de educação. “Assim entendida, representa um exercício de democratização” (...) e, neste sentido, “a questão da gestão democrática demanda uma ruptura no processo de planejamento, nas formas de organização e nas soluções administrativas” (CARDOSO, 2000, p. 147).

Portanto, movimentos de gestão democrática e de autonomia na unidade escolar, trazem consigo novas exigências à construção e reconstrução da prática pedagógica, administrativa, financeira e relacional nessas instituições. Para tanto, são necessárias várias ações, dentre as quais se destaca a qualificação dos profissionais de educação que atuam nessas organizações escolares, ou seja, uma educação continuada que garanta um processo de “ação-reflexão-ação”, tanto do corpo docente e especialistas, como do corpo diretivo. (CARDOSO, 2000, p. 147)

Se observa, então, que há a necessidade de compreensão por parte dos professores/gestores quanto as suas concepções e dos membros do conselho escolar, estudantes e pais na perspectiva de realizar uma gestão democrática e participativa na escola, visando implementar ações que possam contemplar problemas sociais presentes na escola.

Pode-se evidenciar através das afirmações dos participantes que as concepções sobre participação são vistas como imprescindíveis para o trabalho, onde sempre foram destacadas a importância da parceria família / escola.

Considerando o assunto “presenças de substâncias psicoativas em idade escolar”, pode-se analisar que é visto como uma situação presente na sociedade e na comunidade escolar. Enquanto que em uma escola da região central, parece que

o problema é menor, ainda é visto como algo a ser abordado pela escola, mas dotado de plena dificuldade, por necessitar de apoio da sociedade.

Entretanto, representantes da escola localizada na periferia demonstram mais preocupação com as drogas, tendo em vista que já foi evidenciado que há alunos e famílias envolvidos com as mesmas. Embora haja esta preocupação, as atividades ainda cabem, exclusivamente, ao professor, o qual parece não se considerar como um gestor.

Desta forma, pode-se afirmar que em todas as escolas analisadas há instâncias de efetivação de ações voltadas a minimizar o problema que envolve as drogas em idade escolar. Entretanto percebe-se que não há menção na proposta pedagógica, o que parece gerar certa insegurança na realização de atividades relacionadas ao assunto, tendo em vista que os próprios docentes afirmam saber pouco sobre o assunto.

De modo geral, este estudo contribui para reflexões acerca de como estão estruturadas e organizadas estas escolas, além de como ocorre o processo de gestão escolar. Estas instituições ainda estão baseadas em um modelo tradicional e hierarquizado.

Considerando que qualquer ação individual seja mais complexa, a atuação diante de um problema que envolva substâncias psicoativas em idade escolar requer um trabalho coletivo, que tenha resultados mais significativos em prol dos alunos, da escola e da comunidade. Nesse sentido, espera-se que cada participante possa aumentar o desejo em atuar de forma coletiva e participativa, resultando em mudanças nas suas práticas diárias. As reflexões instigadas por este trabalho poderão sensibilizar quanto a necessidade de se investir cada vez mais na consolidação de uma gestão democrática, na formação continuada, nos alunos e no próprio profissional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Drogas na escola: versão resumida*. Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de. *Drogas: uma abordagem educacional*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

ALMEIDA, Maria Isabel de. *Proposta Pedagógica: Formação Contínua de Professores*. In:_____. Boletim 13, 2005. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150934FormacaoCProf.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

ARANTES, Valéria Amorim. Afetividade e Cognição: Rompendo a Dicotomia da Educação. In: OLIVEIRA, M. K; TRENTO, D.; REGO, T. (org). *Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/videtur23/valeria.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

ARATANGY, Lígia Rosenberg. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998, p. 9-18.

BLOS, Peter. *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. Tradução: Waltensir Dutra. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARDOSO, Jarbas José. Qualificação da gestão da escola: primeiros passos de um programa de âmbito estadual. *Em Aberto*, Brasília, [on line] v. 17, n. 72, p. 47-59, 2000.

CARLINI, E. A.; MOURA, Yone G. AMATO, Tatiana. *Boletim CEBRID*, n. 66, 2010. Disponível em: < <http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

COSTA, Vera Lúcia Cabral; MAIA, Eny Marisa; MANDEL, Lúcia Mara. *Gestão educacional e descentralização: novos padrões*. São Paulo: Cortez, 1997.

ELUF, Luiza Nagib. *As drogas e a legislação brasileira*. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Liliane Soares. Gestão do pedagógico: de qual pedagógico se fala? *Currículo sem Fronteiras*, [on line] v.8, n.2, p.176-189, 2008a.

_____. Escola, a gestão do pedagógico e o trabalho de professores. *Diversa*, [on line] Ano I, nº 2. p. 101-116, 2008b.

FREITAS, Katia Siqueira de. Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar. *Em Aberto*, Brasília, [on line] v. 17, n. 72, p. 47-59, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. *Pressupostos do Projeto Pedagógico*. Conferência Nacional de Educação para todos. [S.L.]: 1994. Disponível em: < <http://ecivaldomatos.sites.uol.com.br/DidaticaFEUSP/04.PDF>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

GALLATIN, Judith Estelle. *Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da adolescência*. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda, 1978.

GALVÃO, Izabel. *Uma Reflexão Sobre o Pensamento Pedagógico de Henri Wallon*. São Paulo, [20--?], p.33 – 39. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p033-039_c.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

JUSTINO, Jair. A falta de investimentos na educação. *Faccrei*, ed. 8, 2007. Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/preedicao/edicoes/Pr%C3%A9-Edi%C3%A7%C3%A3o_08.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

LEMOS, Tadeu; ZALESKY, Marcos. *As principais drogas: como elas agem e quais os seus principais efeitos*. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

LEVINSKI, Eliara Zavieruka. A participação no processo de construção do projeto político-pedagógico. *Rev. Roteiro*. 2000, v. 23, n. 43, pp. 121-134.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. *Em Aberto* [on line], Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, 2000.

MAGER, Miryam; SILVESTRE, Eliana. *Mitos e verdades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARQUEZAN, Lorena. *Desenvolvimento Humano em diferentes abordagens*. Curso de pós-graduação especialização a distância em Gestão Educacional 2010. Disponível em: <http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/2466/plugin-Unidade_A1_-_O_desenvolvimento_dialetico_de_Henri_Wallon.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2011.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MILEO, Thaisa Rodbard; KOGUT, Maria Cristina. *A importância da formação continuada do professor de educação física e a influência na prática Pedagógica*. IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia – PUCRS, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3000_1750.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Coord.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Vanessa de Fátima Silva. et al. A importância da formação continuada para uma atuação docente reflexiva: o processo formativo e o desenvolvimento profissional de professores das séries iniciais do ensino fundamental básico. *Educação*, 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em 25 jul. 2011.

NONNENMACHER, Ana Paula. *Meninos do crack: um livro reportagem*. Passo Fundo: Ed do autor, 2009.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio. (Orgs). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

PESSANHA, Antonio Luiz Serpa. *Adolescência – tanto faz?* In: LEVISKY, David Léo (Org). *Adolescência e Violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2001.

SAITO, Maria Ignez. COLLI, Anita S. *O adolescente diabético*. In: SETIAN, Nuvarte; DAMIANI, Durval; DICHTCHEKENIAN, Vaê. (Orgs). *Diabetes Mellitus na criança e no adolescente: encarando o desafio*. São Paulo, Sarvier, 1995.

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Consumo de drogas cai entre estudantes do ensino fundamental e médio*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/noticias/consumo-de-drogas-cai-entre-estudantes-do-ensino-fundamental-e-medio>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

SERRAT, Paulo Monte. *Drogas e álcool: prevenção e tratamento*. Campinas: Editora Komedi, 2006.

SILVA, Vilma Aparecida; MATTOS, Hécio Fernandes. *Os jovens são mais vulneráveis às drogas?* In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

SLOBODA, Zili. Programas de Prevenção ao uso de drogas em escolas dos EUA. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza. [et al.]. *Planejamento e trabalho coletivo*. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR. 2005, p.15-22.

STEDILE, Maria Inez; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. *O professor como gestor da sala de aula*. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Maringá, 2008. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2145-8.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2011.

SUASSUNA, Lívia. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 341-377, 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/Livia.pdf>. Acesso em 27 mai. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.

VIÉGAS, Lygia de Sousa. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. *Diálogos Possíveis*, 2007. Disponível em: <www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>. Acesso em: 17 jun. 2010.

WALLON, Henri. *As origens do pensamento na criança*. São Paulo: Manole, 1989.

VASCONCELOS, Alexandra Alves de. et al. *A presença do diálogo na relação professor-aluno*. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005. Disponível em: <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em 25 jul. 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos santos. Projeto Político Pedagógico: considerações sobre sua elaboração e concretização. In: _____. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 5ed. São Paulo: Editora Libertad, 2004, p. 15-22.

WONG, Donna L.; WHALEY, Lucille F. *Enfermagem Pediátrica: Elementos Essenciais à Intervenção Efetiva*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Apresentação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Passo Fundo, ____ de julho de 2011.

De: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Para: Profa. _____

Assunto: Apresentação de aluna do curso de Especialização em Gestão Educacional/EAD/UFSM para realização de pesquisa.

Venho por meio desta apresentar a aluna Ariane Marteninghe Dal Piaz, matriculada no curso de Especialização em Gestão Educacional a distância, da Universidade Federal de Santa Maria, sob matrícula número 20106EAD0554, com o intuito de desenvolver uma pesquisa nesta instituição, cujo objetivo consiste em conhecer as ações desenvolvidas pela escola para evitar que os jovens possam recorrer as substâncias psicoativas para enfrentar os desafios de seu cotidiano, além de contribuir para que não abandonem a escola.

Atenciosamente,

Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim
Orientadora

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: A presença de substâncias psicoativas entre os jovens em idade escolar: desafios e possibilidades da gestão escolar

Pesquisadora responsável: Ariane Marteninghe Dal Piaç

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil

Telefone para contato: 54 91655305

Local da coleta de dados: Escola Estadual ...

Prezado(a) Senhor(a):

- Você está sendo convidado(a) a responder as perguntas do questionário desta pesquisa de forma totalmente **voluntária**.
- Antes de concordar em participar e responder o questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar.
- É garantido o direito de **desistir** de participar da pesquisa e a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você.
- São-lhe garantidos os direitos de ser mantido **atualizado** sobre os resultados parciais da pesquisa.
- Despesas e compensações: não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.
- Em caso de dano pessoal, diretamente causado pelos procedimentos propostos neste estudo (nexo causal comprovado), o participante tem direito às indenizações legalmente estabelecidas.
- O pesquisador responsável se compromete a utilizar os dados e o material coletado somente para a realização desta pesquisa.

Objetivo do estudo: Conhecer as ações desenvolvidas pela escola para evitar que os jovens possam recorrer as substâncias psicoativas para enfrentar os desafios de seu cotidiano, além de contribuir para que não abandonem a escola.

Procedimentos: Responder um questionário.

Benefícios: Maior conhecimento sobre o tema abordado na pesquisa “A presença de substâncias psicoativas entre os jovens em idade escolar: desafios e possibilidades da gestão escolar.”

Riscos: Responder ao questionário apresenta um risco mínimo de ordem física ou psicológica, podendo causar um desconforto para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: A presença de substâncias psicoativas entre os jovens em idade escolar: desafios e possibilidades da gestão escolar.

Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Passo Fundo, _____ de julho de 2011.

Assinatura do participante da pesquisa

RG

Eu, Ariane Marteninghe Dal Piaz, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante da pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Passo Fundo, _____ de julho de 2011.

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE C – Termo de Confidencialidade

Título do estudo: A presença de substâncias psicoativas entre os jovens em idade escolar: desafios e possibilidades da gestão escolar.

Pesquisadora responsável: Ariane Marteninghe Dal Piaz

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil

Telefone para contato: 54 91655305

Local da coleta de dados: Escola Estadual ...

A pesquisadora do presente projeto, Ariane Marteninghe Dal Piaz, aluna do curso de Especialização em Gestão Educacional à distância, da Universidade Federal de Santa Maria, sob matrícula número 20106EAD0554, se compromete a preservar a privacidade dos entrevistados cujos dados serão coletados através de um questionário. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a realização da presente pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão preservados por um período de três anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável. Após este período, os dados serão destruídos.

Passo Fundo, ____ de julho de 2011.

Ariane Marteninghe Dal Piaz
Pesquisadora responsável

APÊNDICE D - Questionário respondido pelos participantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

A PRESENÇA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS JOVENS EM IDADE ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA GESTÃO ESCOLAR

Especializanda: Ariane Marteninghe Dal Piaz

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Instruções

O presente questionário tem como propósito conhecer as ações desenvolvidas pela escola para evitar que os jovens possam recorrer as substancias psicoativas para enfrentar os desafios de seu cotidiano, além de contribuir para que não abandonem a escola.

As questões são dispostas de duas maneiras: fechadas e abertas.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para se conhecer a atuação de algumas escolas públicas de Passo Fundo/RS frente a este grave problema.

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

I - DADOS GERAIS

1. Nome: _____
2. Nome fictício: _____
3. Endereço: _____
4. Escola: _____
5. Telefone para contato: _____

II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual sua formação acadêmica?

2. Há quantos anos está exercendo-a:

3. Você já fez ou faz cursos, seminários, congressos ou algum tipo de formação continuada que contemplem a questão das drogas na escola?

4. Qual a sua atribuição na escola?

III - ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1. O que você entende por gestão do pedagógico e em que isto implica quando o assunto são as drogas em idade escolar?

2. Na sua escola, o uso de substâncias psicoativas e sua prevenção constam na proposta institucional? Caso positivo, explique.

3. Como a questão das drogas é vista na escola?

4. Quais as perspectivas diante de situações que envolvam alunos e drogas?

5. O que é planejado para motivar os alunos a não fazer uso de substâncias psicoativas?

6. Estas ações são colocadas em prática? Quem o faz?

7. Professores/gestores atuam de que forma em relação às drogas?

8. Como os jovens reagem diante destas práticas?

9. A escola observa ou observou resultados positivos?

10. Como é o trabalho em sala de aula diante deste assunto?

11. O que você acredita ser importante fazer para minimizar o problema na escola?

Comentários e sugestões

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO